

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Fernando Leipnitz

**GERENCIAMENTO DE RISCOS
NA PRESERVAÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS**

Porto Alegre

2009

Fernando Leipnitz

**GERENCIAMENTO DE RISCOS
NA PRESERVAÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Profa. Ms. Maria do Rocio Teixeira.
Co-Orientação: Profa. Esp. Lorete Mattos.

Porto Alegre
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice Reitor: Ruy Vicente Opperman

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretor: Ricardo Schneiders da Silva

Vice-diretor: Regina Helena Van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Ana Maria Moura

Vice-chefe: Helen Rozados

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L531g Leipnitz, Fernando.

Gerenciamento de risco na preservação de acervos bibliográficos / Fernando Leipnitz ; orientação Prof^a. Ms. Maria do Rocio Teixeira e Lorete Mattos. – Porto Alegre: 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

___ fls.

1. Gerenciamento de risco. 2. Preservação. I. Teixeira, Maria do Rocio. II. Mattos, Lorete. III. Título.

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705 - Bairro Santana

CEP 90035-007 Porto Alegre-RS

Fone: (51) 3308-5146

Fax: (51) 3308-5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

Fernando Leiphitz

**GERENCIAMENTO DE RISCO NA PRESERVAÇÃO
DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Examinado em 10 de junho de 2009.

Banca Examinadora

Maria do Rocio Teixeira /Profa/Ms/UFRGS
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - UFRGS

Lorete Mattos
Bel. Artes - Especialista em Preservação
Biblioteca Central - UFRGS

Morgana Marcon - CRB 10/1024
Diretora da Biblioteca Pública do Estado do RS / BPE-RS

Maria Lucia Ricardo Souto
Bel. História - Especialista em Preservação - Profa. Substituta FABICO - UFRGS

*Se colheis maçãs com o sol a pino ou ceifais o feno
ou debulhais o milho, e então vos retirais para o interior da casa
e fechais vossos olhos, cobrindo-os com as mãos, ainda vereis
maçãs pendendo na luz brilhante, juntamente com folhas e
galhos, ou ainda grama enfardada e espigas de milho
– e isto pelas cinco ou seis horas seguintes. As
impressões permanecem sobre a retina, ainda que não
soubésseis. Assim permanece em vossa memória a inteira
série de imagens naturais com a qual vos haveis acostumado
na vida, embora não o saibais, até que um frêmito de paixão
lança luz naquela câmara escura e o poder ativo
instantaneamente captura a imagem própria, como a palavra de
seu pensamento momentâneo.*

Ralph Waldo Emerson

RESUMO

Apresenta um panorama histórico de eventos e agentes que colaboraram na destruição dos livros. Traz o livro como um suporte fundamental de patrimônio cultural de uma sociedade e sua importância como memória dos registros. Discorre sobre a importância da preservação e traz os conceitos desta área. Fala sobre o crescimento de publicações sobre a preservação dos acervos das bibliotecas. Mostra a evolução da ciência da conservação nos últimos tempos e ferramentas que têm surgido para contribuir com esta área. Menciona algumas entidades nacionais e internacionais que colaboram com a discussão e a multiplicação da bibliografia na área da preservação. Apresenta o ICCROM como uma instituição preocupada na preservação do patrimônio cultural e seu empenho em formar agentes multiplicadores de conhecimentos em preservação do patrimônio cultural. Introduz o Gerenciamento de Risco como uma ferramenta de gestão, traz seus conceitos e exemplifica outras áreas da sociedade onde é utilizado. Analisa a aplicação da norma australiana AS/NZS 4360:2004 de Gerenciamento de Riscos dentro da preservação de acervos bibliográficos. O trabalho fornece considerações sobre as etapas do Gerenciamento de Riscos quando utilizado em Preservação de acervos bibliográficos e as contribuições que esta metodologia traz à capacitação gerencial de profissionais de instituições que possuem acervos e à cultura organizacional de uma biblioteca.

Palavras-chave: Gerenciamento de risco. Preservação. Bibliotecas. Patrimônio cultural. ICCROM

ABSTRACT

Presents a historical view of events and agents that collaborated in the destruction of books. Brings the book as a fundamental support of the cultural heritage of a society and its amount as a memory of the records. Discusses the importance of preserving and brings the concepts of this area. Talk about the growth of publications on the collections preservation in libraries. Shows the evolution of the science of conservation lately and tools that have emerged to contribute to this area. Mention some national and international entities that collaborate with the discussion and propagation of literature in the field of preservation. Displays the ICCROM as an institution concerned about the preservation of cultural heritage and the interest to train multipliers of knowledge in the preservation of cultural heritage. Introduced the Risk Management as a management tool, brings its concepts and exemplifies other areas of society where it is used. Analyze the application of Australian Standard AS/NZS4360: 2004 Risk Management in the preservation of library collections. The work provides comments on the steps of Risk Management when used in preservation of library collections and the contributions that this methodology brings to the training management of professionals from institutions that have collections and the organizational culture of a library.

Keywords: Risk management. Preservation. Libraries. Cultural heritage. ICCROM

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Processo de Gerenciamento de Risco.....	47
Ilustração 2 - Níveis de proteção que envolve os acervos.....	49
Ilustração 3 - Níveis de proteção que envolve uma obra bibliográfica	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos para observar na identificação de riscos.....	54
Quadro 2 - Intervalo de tempo cumulativo para degradação do suporte.....	58
Quadro 3 - Valor perdido por objeto.....	59
Quadro 4 - Valor afetado da biblioteca.....	59
Quadro 5 - Somatório das tabelas ABC.....	60
Quadro 6 - Escala de Magnitude de Riscos (MR).....	61
Quadro 7 - Matriz de impacto.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AS/NZ 4360:2004 – Norma Técnica desenvolvida na Austrália e Nova Zelândia sobre Gerenciamento de Riscos

CCI - Canadian Conservation Institute

GR – Gerenciamento de Riscos

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICC - Institut Canadien de Conservation

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration

ICN – Instituut Collectie Nederland

IEC – International Engineering Consortium

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IFLA – Internations Federation of Library Associations and Institutions

IIC – International Institute for Conservation

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISO – International Standardization Organization

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	JUSTIFICATIVA	13
3	OBJETIVOS	15
3.1	<i>OBJETIVO GERAL</i>	15
3.2	<i>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</i>	15
4	METODOLOGIA	16
4.1	<i>TIPO DE ESTUDO</i>	16
4.2	<i>PROCEDIMENTO TÉCNICO</i>	16
4.3	<i>TIPO DE FONTES</i>	17
5	REFERENCIAL TEÓRICO	18
5.1	<i>BREVE HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS</i>	18
5.2	<i>O LIVRO COMO PATRIMONIO CULTURAL</i>	20
5.3	<i>AS CONSTANTES PERDAS DE REGISTROS</i>	24
6	A PRESERVAÇÃO DE ACERVOS	29
6.1	<i>O CRESCIMENTO DA LITERATURA EM PRESERVAÇÃO</i>	32
6.2	<i>O ICCROM</i>	35
7	O GERENCIAMENTO DE RISCOS (GR)	37
8	GERENCIAMENTO DE RISCOS NA PRESERVAÇÃO DE ACERVOS	44
8.1	<i>PRINCIPAIS ELEMENTOS</i>	47
8.2	<i>COMUNICAR E CONSULTAR</i>	48
8.3	<i>ELABORAR O CONTEXTO</i>	49
8.4	<i>IDENTIFICAR OS RISCOS</i>	52
8.5	<i>ANÁLISE DE RISCOS</i>	56
8.6	<i>AVALIAR OS RISCOS</i>	57
8.7	<i>TRATAR OS RISCOS</i>	63
8.8	<i>MONITORAR E REVISAR</i>	65
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERENCIAS	71
	ANEXO A	77

1 INTRODUÇÃO

Os danos às coleções das bibliotecas colocam em risco o acesso à informação, razão primeira de sua existência. Estes podem variar no grau de degradação, podendo ser imperceptíveis a olho nu e silenciosamente levar à perda do suporte. Mais evidentes, são os danos causados por manuseio incorreto e infestação de pragas. Porém, a perda também pode acontecer de maneira abrupta por meio de acidentes e catástrofes, causando danos irreversíveis ao suporte.

O registro bibliográfico possui valor inestimável pois sempre foi a forma legítima de registro da memória da humanidade. Uma sociedade que se preocupa em compreender seu passado precisa dar valor aos acervos no seu tempo presente. Dar continuidade à própria história torna necessário fazer uso e ao mesmo tempo preservar o meio que transporte informações de uma maneira mais duradoura.

As bibliotecas são espaços de guarda da memória mas em sua história, muitos acervos foram perdidos por incêndios, saques e inundações. Desde a inundação de Florença em 1966 as bibliotecas recebem maior interesse do ponto de vista da Preservação. A ciência da Preservação evoluiu e desde o início da década de 90 se passou a investigar não somente os agentes de deterioração dos acervos, mas também o modo de evitá-los.

Hoje, torna-se impossível pensar a preservação de acervos sem considerar os efeitos do aquecimento global e isso implica em vislumbrar ações responsáveis que impeçam que este se torne o maior agente de destruição em todos os tempos. As mudanças climáticas, as novas tecnologias e a velocidade da vida moderna exigem atenção constante na busca de informações que acompanhem as transformações.

Nesse contexto, torna-se relevante estudar uma ferramenta que possa auxiliar na preservação de acervos e favorecer a identificação de ações prioritárias e mais eficientes. Este trabalho procura analisar o Gerenciamento de Riscos na área da Preservação de acervos bibliográficos. Indicada pelo ICCROM¹ (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration*) como uma ferramenta de auxílio na

¹ Organização intergovernamental, ligada à UNESCO

preservação do patrimônio cultural, esta metodologia pode contribuir de forma considerável para as diversas áreas que se preocupam em preservar seus valores culturais e garantir seu acesso.

O Gerenciamento de Riscos é utilizado em diversos setores da Administração moderna e tem-se mostrado eficiente no auxílio da tomada de decisões a partir da análise de riscos a que está exposto um bem. Portanto, esta pesquisa pretende contribuir na análise e gerenciamento das informações no campo da preservação de acervos, possibilitando assim que as decisões dos gestores das unidades informacionais sejam mais conscientes, consistentes e efetivas, para que os bens culturais que possuímos sejam devidamente preservados.

2 JUSTIFICATIVA

A sociedade moderna em nome de um consumismo desenfreado e de uma idolatrada vida globalizada, tem contribuído consideravelmente para a aceleração do aquecimento global. As alterações climáticas decorrentes desse fenômeno aumentam a probabilidade de ocorrência de grandes desastres. Estão em risco comunidades inteiras e com isso podem ocorrer perdas significativas em nosso patrimônio cultural.

Os livros, por sua natureza, conforme diz Martins (1998, p.262) “estão se reduzindo a pó pela deterioração inevitável e pelas causas mais variadas, sendo impotentes para salvá-los os processos tradicionais de conservação”. Sabemos que em alguns países de terceiro mundo ou considerados emergentes como o Brasil, a Cultura não recebe a devida atenção e faltam recursos para investir e preservar o patrimônio cultural que representa a memória de um povo. Porém em outros países mais desenvolvidos, verifica-se que além de maior alocação de recursos, existem entidades preocupadas em pesquisar melhores métodos e técnicas que preservem sua história.

Algumas correntes estudam a valorização do acesso e as novas tecnologias como o fator principal nesta nova onda em que vivemos. Mas como pode ser acessível um bem se estiver deteriorado a ponto de impedir seu manuseio? Como digitalizar uma obra em papel se ela não possuir mais resistência física por algum fator de degradação?

O que parece necessitar uma reflexão é que ao se pensar no acesso e na transposição para novas mídias os conteúdos existentes, deve-se antes de tudo preservar o que se dispõe. Se a palavra de ordem é o acesso à informação, este trabalho considera que o suporte papel, continuará a ser valorizado e cada vez mais objeto de pesquisa, apesar das novas tecnologias indicarem sua obsolescência enquanto as mídias recentes são floreadas pela portabilidade e interatividade.

Este trabalho considera que um livro é mais durável que um objeto eletrônico, tão portátil quanto e necessita menos energia para o seu acesso. O livro além disso, proporciona emoção através da interatividade e tem iluminado vidas através dos tempos. Um livro preservado pode transpor para o futuro a memória, enquanto tecnologias cada vez mais deslumbrantes mostram-se obsoletas em períodos cada vez mais curtos.

Por isso, nesta fase de transição de uma onda tecnológica mostra-se mais prudente preservar os registros que existem e não se entregar ao imediatismo consumista das promessas ou panacéias eletrônicas. A preservação digital deve saber conviver com a preservação física dos suportes, pois se nota que ambas tem um tempo contado. E até agora, o livro foi bem mais confiável.

Nos dias atuais deve haver rigor para identificar o que de melhor temos à disposição para nos auxiliar nesta transição. A abordagem multidisciplinar busca noutros conhecimentos os amparos necessários para encontrar as respostas para realidades cada vez mais problematizadas.

Por este motivo o Gerenciamento de Risco em Preservação vem se incorporar a estes conhecimentos para se antecipar à ocorrência de qualquer dano através de uma projeção de perda baseada em probabilidade e magnitude de impacto. Tida como uma ferramenta capaz de quantificar o grau de perda de valor de uma coleção afetada por algum dos agentes de degradação, vem sendo aplicada no exterior para arrazoar pedidos de verbas e melhorias nas condições de guarda dos acervos.

No Brasil sua aplicação em bibliotecas ainda é rara e poucos conhecem seus processos e modo de ação. Este estudo se destina a fazer uma análise desta ferramenta para identificar: O Gerenciamento de Riscos fornece conhecimentos a serem aproveitados na preservação de acervos bibliográficos? Assim, se procura trazer um pouco de luz a esse tema contextualizando-o no universo biblioteconômico e da preservação.

3 OBJETIVOS

Os objetivos dividem-se em geral e específicos.

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a metodologia de Gerenciamento de Riscos proposta pelo ICCROM para acervos bibliográficos com auxílio da norma AS/NZS 4360:2004.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar panorama histórico de perda de acervos bibliográficos;
- Mostrar conceitos e evolução da literatura em Preservação de acervos;
- Contextualizar o Gerenciamento de Riscos em outros setores da sociedade,
- Exemplificar o processo de Gerenciamento de Riscos proposto pelo ICCROM do ponto de vista da preservação.

4 METODOLOGIA

Agora será apresentada a metodologia utilizada para elaboração deste trabalho e desta forma procurar identificar o tipo de estudo e os procedimentos utilizados em sua construção.

4.1 TIPO DE ESTUDO

A pesquisa procura apresentar de maneira teórica o que se encontra na literatura referente ao tema escolhido. Segundo Demo (1994) uma pesquisa teórica não interfere de forma imediata na realidade estudada, mas proporciona condições e suscita discussões que podem contribuir com o tema em novos estudos.

4.2 PROCEDIMENTO TÉCNICO

Este trabalho busca mostrar uma maior familiaridade sobre o tema através da pesquisa bibliográfica. Segundo Lakatos e Marconi (2007), procura-se desta forma, explicar um determinado objeto e os fenômenos relacionados à problemática da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. (LAKATOS ; MARCONI, 1991, p. 183)

Como o tema possui interligações com outras áreas do conhecimento que poderiam contribuir para o entendimento, a revisão estende-se e coleta informações em diferentes fontes com as devidas contextualizações, para apoiar a questão teórica. Assim, procurou-se provocar a reflexão e encadear a importância e a lógica sobre o tema estudado. Se a bibliografia sobre o assunto não pode ser esgotada, como se

busca neste tipo de pesquisa, foi devido a limitação de tempo.

4.3 TIPO DE FONTES

Foram utilizadas as fontes bibliográficas, tais como livros, artigos de periódicos científicos, monografias, dissertações, teses, anais de eventos, documentos eletrônicos, normas nacionais e a norma australiana para exemplificar o processo de Gerenciamento de Risco. O assunto deste trabalho, foi consultado em sites de periódicos, tais como, Portal da Capes, base de dados da revista Ciência da Informação do IBICT, periódicos eletrônicos de Universidades Federais do Brasil, sites de entidades de Preservação e Conservação ligadas à Unesco e material de treinamento do ICCROM.

Não foi realizado corte cronológico na pesquisa pois o assunto mostrou-se recente dentro da área da preservação. Demais assuntos que de alguma forma se comunicam com o tema proposto, receberam preferência pela atualidade das publicações e confiabilidade do tipo de fonte que o disponibilizavam.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 BREVE HISTÓRICO DAS BIBLIOTECAS

É difícil afirmar a origem exata das bibliotecas. Elas surgem quando um maior número de registros é produzido e se decide reuni-los no mesmo local. Mesmo com diversas formas de expressão da cultura, a palavra escrita tornou-se a mais comum para registro e transmissão de conhecimentos.

Paradoxalmente, Martins (1998, p.71) diz que, “as bibliotecas são anteriores aos livros e até aos manuscritos”, afinal na antiguidade existiram bibliotecas “minerais”, compostas de tabletas de argila, as bibliotecas “vegetais”, constituídas de rolos de papiro e o pergaminho, retirado da pele de animais.

Segundo Araújo (2005), algumas condições precisam ser consideradas quanto ao aparecimento das bibliotecas, sejam econômicas, sociais e políticas. Quando um país obtinha mais riqueza, havia recursos para incentivar a produção cultural. Assim, os registros aumentavam em volume e também o interesse por locais que pudessem guardá-los.

Com o passar do tempo, os centros urbanos se desenvolveram e atividades ligadas aos livros surgiram, tais como: copistas, encadernadores, fornecedores do suporte papiro, pergaminho e posteriormente o papel, livreiros, ilustradores, linotipistas, etc). Também a educação exigiu informação formalizada e a função das bibliotecas de dar apoio à educação se mostrou necessária. Conforme a época histórica e condições políticas de cada país, as bibliotecas passaram a ser importantes repositórios de cultura, servindo para gerações futuras como memória de cada época. Ao mesmo tempo, diferenças políticas colocavam em risco estes centros de informação através de guerras, atentados e roubos em função do valor que a informação passou a mostrar.

Martins (1998), cita como exemplo o conquistador Julio César, que tinha interesse em deixar seus feitos registrados. Em sua época desenvolveu-se uma idéia de biblioteca pública para dar conhecimento de sua própria história e conseguir apoio popular. Júlio César foi assassinado, mas a idéia persistiu. Diversas bibliotecas foram criadas e no século IV já havia 28 bibliotecas em Roma, chamadas de Bibliotecas Públicas. Porém o que pode ser considerado uma biblioteca verdadeiramente pública, com sistema de empréstimo, se tem registro somente em 1608, em Milão.

Na idade média, três tipos de biblioteca marcaram a história: as bibliotecas monacais ou dos mosteiros, as bibliotecas das universidades e as particulares, onde a nobreza constituiu acervos privados. Segundo Martins (1998, p.84), “com maior ou menor interesse profano, com maior ou menor penetração leiga, são os mosteiros que salvam, para o mundo moderno, a riqueza literária da Antiguidade”. Arquitetonicamente, os mosteiros chamavam seus acervos de bibliotecas, porém com seus enormes armários com rolos e livros acorrentados às mesas viram como necessário, com o passar do tempo, melhorar as condições de utilização do material, tanto para o leitor, quanto para o próprio material. Importa registrar também que muitos acervos privados mais tarde serviriam para a formação de bibliotecas oficiais ou públicas.

As universidades desenvolveram-se como prolongamento das ordens eclesiásticas. Tinham em suas bibliotecas o principal valor da instituição, pois acumularam material bibliográfico e possibilitaram acesso aos conteúdos de seus acervos. Foram por isso decisivas para o destino da civilização.

No Brasil, segundo Araújo (2005) as primeiras bibliotecas foram criadas por ordens religiosas, sendo as congregações Jesuítas as mais atuantes. Estas companhias já em torno de 1549, tinham o objetivo definido de catequizar índios e colonos. Mais tarde estas companhias foram expulsas e os acervos confiscados. O crescimento de bibliotecas foi muito lento, relegado apenas a escolas de outras ordens religiosas.

A Corte Portuguesa trouxe para o Brasil em 1810 o acervo de sua Biblioteca Real o que daria origem à Biblioteca Nacional. Antes de atravessar o oceano Atlântico em caravelas, esta coleção já havia passado em Lisboa por um terremoto seguido de incêndio, em 1755.

Embora o suporte papel tenha mantido sua hegemonia é bom lembrar que diversos outros materiais entraram nos acervos como suportes informacionais. Araújo (2005), lembra-nos em sua definição que:

biblioteca é uma coleção de documentos bibliográficos (livros, periódicos, etc) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, discos, etc) organizada e administrada para formação, consulta e recreação de todo o público ou determinadas categoria de usuários. (ARAUJO, 2005, p.36)

5.2 O LIVRO COMO PATRIMONIO CULTURAL

Fonseca (2008), traz da origem latina *patrimonium*, a associação entre a noção de paternidade e pátria, o que pressupõe a noção de herança, legado, posse. Porém alguns autores como Lemos¹ (1985), citado por Fonseca (2008), define patrimônio cultural como construções antigas e seus pertences representativos. O que durante alguns anos pode ter causado uma espécie de vácuo na compreensão do sentido de herança cultural no Brasil.

Kother² (2009, p.26), nos diz que a discussão sobre patrimônio tem suas origens ainda no Renascimento, “quando o homem liberto do cerceamento imposto na Idade Média busca na investigação de seu passado e de si mesmo respostas sobre a própria vida”. Bens culturais passam a ser vistos como bens herdados e discutidos como fragmentos esparsos responsáveis pela solidificação e conformação do tempo na memória coletiva.

Em Fátima Araripe (2004, p.121) lê-se que “sem memória é impossível ao homem situar-se no tempo da história e, portanto, sentir-se sujeito dessa história”. Já Michel Pollak (1992) diz que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.

¹ LEMOS, Carlos A.C. O que é patrimônio. São Paulo: Brasiliense, 1987 *apud* FONSECA, 2008.

² Maria Beatriz Kother atualmente é diretora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do RS (IPHAE).

Ainda segundo Michel Pollak:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.204)

No Brasil, a primeira definição de patrimônio histórico e cultural carregava em importância os valores arquitetônicos, talvez por estes profissionais terem participado de sua elaboração. Através do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, se pode ver como a definição de patrimônio era abrangente:

[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 2008)³

Ocorria que as legislações anteriores a 1988 traziam a definição de bem cultural, mas não mencionavam a preocupação em preservá-lo. Kother (2009, p.26) cita Aluísio de Magalhães para mostrar que amadurecia o significado de patrimônio e que passara a ser visto com o sentido de guardar o passado, e que cuidar do passado, é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro. Garantindo assim a continuidade de um processo cultural para assegurar a identidade de uma nação.

Na Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 216 temos o texto atual que ilustra bem todos os valores que envolvem o patrimônio cultural de nosso país:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2009)

³ Documento eletrônico.

A discussão sobre o tema ampliou-se com o passar do tempo e através do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, a cargo do IPHAN.

O IPHAN, entidade principal no Brasil para preservação do patrimônio cultural, subdivide esta definição em patrimônio material e imaterial. Utiliza-se da definição da UNESCO para definir o patrimônio imaterial, como sendo

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (IPHAN, 2008)⁴.

Como patrimônio material, entende-se:

um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2008)⁵

Tem-se hoje ainda a Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, que regulamenta artigos da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana quanto à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

⁴ Documento eletrônico.

⁵ Documento eletrônico.

Araripe (2004, p.113), diz que durante muito tempo “as discussões sobre o campo patrimonial foi ocupada por arquitetos e alguns poucos teóricos da cultura”, ou seja, “os bens patrimoniais instituídos eram designados com o olhar voltado para o patrimônio edificado”. Segundo esta autora, o patrimônio cultural envolve não somente prédios e monumentos, como também “a pintura, a música, escultura, cinema, vestimentas, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, bem como matérias de diferentes arquivos e acervos”.

Dentre estes, as bibliotecas ou acervos bibliográficos, possuem papel fundamental na transmissão da cultura e dos saberes de um povo, portanto, na memória nacional. São lugares físicos de guarda e pesquisa, mas muito mais que isto, são instituições de saber. São espaços de conservação do patrimônio intelectual, como ilustra Baratin e Jacob (2000).

Battles (2003) diz que entre os ptolomeus, existia a intuição essencialmente Alexandrina de que o conhecimento é um bem, uma mercadoria, uma forma de capital a ser adquirido e guardado como um tesouro. A centralização e consolidação das bibliotecas eram convenientes tanto para os governantes quanto para os intelectuais. E esta importância dada às bibliotecas teria ajudado a criar outras bibliotecas e também acervos privados, que muitas vezes escondidos propiciaram salvar de fanáticos os registros para chegarem à época atual.

Já Martins (1998, p. 242) prefere não tratar o livro como uma mercadoria. Segundo ele o livro “possui um aspecto nobre, representado por suas origens espirituais e pelos fins a que se destina”. Afinal, segundo o autor, um livro não se restringe a uma ferramenta ou instrumento de trabalho, ele guarda a sua superioridade própria e venerável de veículo privilegiado, de forma pela qual a idéia se materializa e transmite.

Uma biblioteca, segundo Baratin e Jacob (2000) é um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira. Preservar informações, é preservar a memória de um povo e sua capacidade de evolução.

Schopenhauer em *A arte de escrever*, desconfia da memória dos homens e considera que os livros conseguem mantê-la. Preservada nos livros, a memória estaria à disposição para que todos pudessem se reabastecer e resolver suas dúvidas:

que desgraça seria para o saber humano se não houvesse escrita e imprensa! As bibliotecas são a única memória permanente e segura da espécie humana, cujos membros particulares só possuem uma memória muito limitada e imperfeita. (SCHOPENHAUER, 2007, p.30)

Existe segundo Baez (2006), um vínculo poderoso entre o livro e memória. Os livros ao mesmo tempo em que estão presentes em nossa realidade, permitem um diálogo com o passado. Eles são partes da história porque contém história. São repositórios vivos à espera da continuidade física de seus conteúdos, pois podem fornecer conhecimentos para romper com as tradições. O livro como patrimônio cultural possui desta forma a capacidade de promover o sentimento de afirmação e pertencimento.

5.3 AS CONSTANTES PERDAS DE REGISTROS

Não houve somente acumulação de conhecimento ao longo da história. Muita destruição ocorreu. Pode-se notar através dos tempos, diversos saques, incêndios, inundações, ação de insetos, roedores ou péssimas condições de armazenamento que tiraram da história muitas obras. Possivelmente alguns originais pouco sabemos ou nem teremos idéia de sua existência.

Houve ataques claramente com objetivos políticos de tomar posse dos registros ou simplesmente apagá-los. Outras perdas foram causadas pela falta de informação quanto ao manuseio e guarda dos materiais.

Em Alexandria, ao todo foram três os incêndios ao longo de sua história. Um deles começou no porto e se alastrou até um dos prédios da biblioteca. Ou seja, não havia uma intenção direta mas acabou danificando grande parte do acervo. A biblioteca

de Alexandria chegou a ter, segundo Martins (1998) em torno de 700 mil volumes. Porém é preciso lembrar que o suporte papiro era enrolado e uma obra como a *Íliada* perfazia 24 rolos (24 volumes). Outros suportes também faziam parte do acervo, incluindo livros em pergaminho que haviam sido retirados da biblioteca de Pérgamo por Antonio, e doados a Cleópatra.

Por motivação religiosa, muçulmanos também destruíram parte do acervo de Alexandria. O que incluiu parte de originais gregos de Esquilo, Sófocles e Eurípidos. Estas obras eram os originais que haviam sido requisitados para cópias e como apenas estas foram devolvidas, perderam-se os originais. Estas cópias se tornaram os únicos registros que chegaram aos nossos dias.

As histórias que envolvem a biblioteca de Alexandria e do berço do comércio livreiro no Mediterrâneo, fornecem inúmeros exemplos de acervos que definham no passar do tempo. Conforme Battles, muitas obras:

[...] foram sendo danificadas por períodos alterados de umidade e aridez, devorados pela fauna e flora daninhas que evoluíram adaptando-se ao interior das bibliotecas, ou ainda roubados, perdidos e, sem dúvida, queimados. (BATTLES, 2003, p.38)

Porém, a maior queima de livros ocorreu em III AC, na China, realizada por *Shi Huangdi*, que mandou queimar toda literatura, filosofia e história produzidas antes de sua dinastia. Chamada de queima de revisão, quando se apaga o que não se deseja ver perpetuado na história. Assim como também fizeram islâmicos com textos sacros que supostamente “não tinham autoridade” e no México quando conquistadores decidiram apagar obras escritas e com isso o registro dos futuros leitores da história.

Evangelista (2008) traz uma lista de incêndios que afetaram a memória da humanidade, tais como: o de Lisboa em 1755 sendo precedido por um terremoto, a *Library of Congress* em 1814 e em 1851, o Museu Aeroespacial de *San Diego* em 1978 e um incêndio criminoso provocado por um funcionário na biblioteca de *Los Angeles* em 1985, apenas para citar alguns.

Outros personagens vorazes colaboraram na destruição de grandes acervos. Baratas, traças, brocas, cupins, roedores, pássaros e fungos, todos podem encontrar conforme o ambiente, condições ideais de permanência e danos às coleções. Baez

(2006) conta que o poeta Horácio já lamentava a futura destruição de seus livros pelas traças.

Segundo Battles (2003), parte da coleção de Aristóteles se perdeu, mas os originais do filósofo grego foram enterrados em Atenas, na tentativa de impedir o confisco pelos reis atalidas, que queriam levá-los para Pergamo. Porém mais tarde, quando descoberto, seus escritos estavam danificados e roídos por vermes.

Em qualquer acervo, conforme os microclimas propícios, pode existir um habitat ideal para surgirem e proliferar seres vivos que atacam os diversos suportes. Baez (2006) informa que houve uma adaptação dos insetos através dos tempos e sua constante capacidade de destruição. Também diz que nos dias atuais, não somente o suporte papel tem sofrido ataques. Um tipo de fungo comum, tem destruído o suporte CD. Tido como seguro e capaz de armazenar milhões de informações, a composição do CD-ROM permite a entrada pelas bordas de um fungo que causa danos irreversíveis às informações armazenadas.

Se em épocas remotas ocorreram diversos tipos de destruição, na era moderna com a invenção da imprensa não foi diferente. O salto na produção e acumulação da palavra escrita suscitou a construção de espaços para guardar uma produção sempre crescente. Porém os centros de informação e grandes bibliotecas, ao mesmo tempo em que reuniam a memória, facilitavam que um ataque ou desastre causasse uma perda maior.

Guerras mundiais causaram enormes estragos às coleções. Artilharias miraram bibliotecas para danificar a cultura dos povos. Desde os tempos mais antigos aos mais recentes existem exemplos de perda de memória cultural, como a guerra da Bósnia e a guerra do Iraque. Tanto na Europa como no Brasil ocorreram regimes políticos que uma vez alçados ao poder, proibiram e confiscaram livros contrários às suas ideologias. Baez (2006) bem resume isto quando diz que um livro não é destruído como um objeto físico, e sim como vínculo da memória.

Riedlmayer apud Battles (2003), ilustra os motivos do ataque às instituições culturais na Bósnia:

Por toda a Bósnia, bibliotecas, arquivos, museus e instituições culturais tornaram-se alvos de destruição numa tentativa de eliminar toda e qualquer evidência material – livros, documentos e obras de arte – que pudesse atestar às gerações futuras que pessoas e diferentes tradições étnicas e religiosas haviam compartilhado uma herança comum. (BATTLES, 2003, p. 187)

Baez (2006), chama a atenção também que o século XX foi marcado por desastres naturais de toda espécie: incêndios, terremotos, inundações, maremotos, furacões, tornados e vulcões. A inundação ocorrida em Florença em 1966, é tida como um marco fundamental para os estudos de impacto de grandes manifestações da natureza sobre o patrimônio cultural. Mais recentemente, têm-se inúmeros exemplos de catástrofes de grande impacto, como os danos causados pelo furacão Katrina⁶ em New Orleans (EUA, 2005), tsunamis (Sudeste asiático, 2004) e no Brasil as grandes inundações em Santa Catarina e Minas Gerais em 2008.

Baez (2006) apresenta uma cronologia histórica de diversos eventos que causaram uma verdadeira devastação cultural. Porém, um levantamento mais recente do *Consortio Latinoamericano de Conservación del Patrimonio Cultural*⁷ (2009) informa que nos últimos 20 anos, instituições culturais afetadas são em número considerável:

- terremotos: em 1997 na Basílica de São Francisco de Assis, Itália ; 1995 no Museu da Cidade de Kobe, Japão; no Museu de Arte Moderna Kobe, Japão, 1989 no Museu de Arte Asiático São Francisco, EUA e em 1985 no Museu de Arte Popular Americano Santiago, Chile.

- inundações: 1997, vários museus, arquivos, edifícios históricos no sul da Polônia; 1995, Museu Nacional Rio de Janeiro, Brasil; 1995, Museu de Arte de Santa Bárbara, Santa Barbara, EUA ; 1993, Casa de la Cultura Ciudad de Portoviejo, Equador ; 1988, Museu Carillo Gil México D.F., México ; 1986, Museu *Colchagua Provincia de Colchagua*, Chile;

- furacões: 1989, Prefeitura e outros edifícios históricos em Charleston, EUA ; 1989, mais de 200 edifícios históricos Charlotte, EUA ;

- erupções vulcânicas: 1995, Museu Nacional Fideicomiso, Richmond Hill, Montserrat (território inglês no Caribe);

⁶ Documento eletrônico : <http://cool-palimpsest.stanford.edu/bytopic/disasters/katrina.html>

⁷ Documento eletrônico, tradução do autor:

<http://www.uexternado.edu.co/conservacionpreventiva/pdf/Desastres%20en%20Museos.pdf>

Mesmo durante períodos de relativa calma ou ausência de guerras ou catástrofes naturais, o ser humano exterioriza suas insatisfações em atos que afetam o patrimônio cultural. Em recentes manifestações populares na França, bibliotecas públicas foram incendiadas no subúrbio de Paris⁸, no final do ano de 2007.

Ocorreu também com o passar do tempo, que muitos livros adquiriram valor como obra de arte (ou por raridade). Novamente a mão humana providenciou roubos pelo valor artístico e/ou econômico que as obras adquiriram. Hoje mais do que isso, desenvolve-se um mercado de colecionadores que alimenta a preocupação dos museus, galerias, arquivos e bibliotecas.

Roubos de obras de arte, como o da Estação Pinacoteca⁹, localizado no centro de São Paulo, são mais veiculados pela mídia pois as obras são reconhecidas pelo público. Importante lembrar também o caso¹⁰ do estudante de Biblioteconomia acusado e condenado por furtar três livros raros do Museu Nacional do Rio. Em sua casa foram encontradas também obras do Arquivo Histórico de Blumenau (SC) e da Biblioteca Mário de Andrade. E também o Museu Emílio Goeldi (2008), em Belém do Pará, que teve furtado 40 obras raras de sua biblioteca.

Diversos são os fatores que envolvem os acervos e contribuem para sua degradação. Com o passar do tempo, alguns destes têm se mostrado preocupantes, pelo volume de destruição que podem causar de forma imediata. Por isto, é importante preservar estes acervos de uma maneira mais completa e séria.

⁸ Jornal Zero Hora, 28 de novembro de 2007.

⁹ Documento eletrônico : <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u430541.shtml>

¹⁰ Documento eletrônico : http://www.espacovital.com.br/noticia_ler.php?idnoticia=13687

6 A PRESERVAÇÃO DOS ACERVOS

Alguns autores chamam a preservação como o “guarda-chuva” que abrange as outras áreas, pois tem nas mãos a responsabilidade da longevidade dos materiais através de várias ações que definir.

Como diz Silva (2008)

Preservar significa prover intervenções técnicas, científicas e políticas, de tal forma que a informação registrada em qualquer suporte material tenha permanência e durabilidade e possa ser acessada física e logicamente, de forma contínua e pelo maior tempo possível. (SILVA, 2008, p.3)

Sarmiento (2003) apresenta em seu trabalho a expressão “preservar para não restaurar”, influenciada pelas definições de Sá¹¹ (2001) que permite compreender a importância da preservação como:

[...] uma consciência, mentalidade, política (individual ou coletiva, particular ou institucional) com o objetivo de proteger e salvaguardar o Patrimônio. Resguardar o bem cultural, prevenindo possíveis malefícios e proporcionando a este condições adequadas de “saúde”. É o controle ambiental, composto por técnicas preventivas que envolvam o manuseio, acondicionamento, transporte e exposição. (SÁ *apud* SARMENTO, 2003, p.2)

A preservação é compreendida portanto, como algo mais amplo, sendo uma ação que direciona a salvaguarda ou a recuperação das condições físicas dos objetos, procurando proporcionar a permanência aos materiais dos suportes com informação. Através dela pode-se decidir ações preventivas, de conservação e de restauração.

Por conservação, entende-se

um conjunto de procedimentos que visa melhorar o estado físico do suporte, aumentando sua permanência e prolongando sua vida útil, possibilitando o acesso das gerações futuras. (SILVA, 1998, p. 40-41)

¹¹ SÁ, Ivan Coelho de. **Oficina de Conservação Preventiva de Acervos**. Porto Alegre, Museu Militar/CMS, 2001. *Apud* SARMENTO, 2003.

Trata-se portanto de uma ação química e física nos objetos visando estabilizar seu estado. Intervém na estrutura dos materiais visando tanto sua condição física e estética. Sua ação é sobre itens individuais ou coleções e atua para estabilizar ou conservar.

A conservação preventiva entende-se como:

as melhorias do meio ambiente nas áreas de guarda de acervo e nos meios de armazenagem, como também cuidados com o acondicionamento e o uso adequado dos acervos, visando retardar a degradação dos materiais. É pois um tratamento de massa, feito em conjunto. (SILVA, 1998, p. 40-41)

A conservação preventiva direciona suas ações para um conjunto de documentos. Com isso, visa aumentar a permanência em condições de um objeto ou uma coleção como um todo. Busca atingir um conjunto de objetos com ações preventivas, observando a estrutura do suporte, prever o tipo de uso, o melhor acondicionamento e as condições ambientais para minimizar a deterioração e prolongar a vida dos documentos.

Já a restauração vê-se como

um conjunto de procedimentos que visa recuperar, o mais próximo possível, o estado original de uma obra ou documento. Em ambos os casos, são intervenções de tratamento por peça única, individual, na unidade documental. (SILVA, 1998, p. 40-41)

Neste procedimento, as ações são altamente especializadas e intervêm de forma profunda na estrutura do documento, buscando a aparência mais próxima possível da original, ou de sua aparência num determinado período. O restaurador mais que um conservador, deve possuir conhecimentos profundos do suporte onde intervém, as composições físico-químicas envolvidas e muitas vezes necessita também conhecimentos de História e Arte.

Porém, para se preservar os acervos, é necessário o conhecimento de várias áreas de forma a abranger as necessidades que envolvem a complexidade deste tipo de gestão. Lê Coadic (2004, p.20) diz que “a interdisciplinariedade traduz-se por uma colaboração entre diversas disciplinas, que leva a interações, isto é, uma certa reciprocidade nas trocas, de modo que haja, em suma, enriquecimento mútuo”. Além dos conhecimentos da ciência e da técnica de conservação de acervos é preciso saber conciliar as competências e procedimentos administrativos, bem como metodologias e ferramentas que possam auxiliar no desenvolvimento de um trabalho.

As etapas de planejamento de preservação são fundamentais. Segundo Beck (2005), na primeira etapa ocorre a estruturação do planejamento e organização dos grupos de estudo, envolvendo as diferentes gerências, técnicas e administrativas. Nesta fase se estabelece metodologia e identificam-se prioridades institucionais após ocorrer interlocução entre profissionais, gerentes de coleções e de acesso e gerentes de preservação. Também importa a participação de gerências administrativas para ter informações e definições sobre recursos envolvidos. Confrontam-se informações sobre frequência de uso e valor das coleções.

Em uma segunda etapa realizam-se levantamentos sobre as condições de conservação, de segurança e climato-ambientais. Podem ser priorizados ambientes específicos da construção ou optar pela ampliação para todo acervo, considerando que os diferentes índices de umidade e temperatura podem variar e precisam ser analisados em separado. Diferentes monitoramentos precisam ser utilizados para identificar estes índices e composto relatórios para justificar as solicitações que serão feitas.

Ogden (2001) indica que uma metodologia padrão de planejamento estratégico pode ser aplicada ao planejamento para preservação mas que também alguns instrumentos especializados podem ajudar aos profissionais bibliotecários, arquivistas ou curadores a avaliar suas necessidades de preservação e com isso, decidir sobre as prioridades.

Ogden (2001) aponta também que estas ferramentas ajudam o administrador a avaliar os componentes básicos do planejamento para preservação, para definir uma lista de prioridades a serem definidas, tais como: situação de risco que se encontram os

acervos; que parte do acervo tem maior valor permanente; disponibilidade de recursos (tempo, recursos humanos, capacidades técnicas e recursos financeiros).

Na última etapa Beck (2005), diz que após a análise dos dados são definidas as políticas institucionais quanto à preservação, trazendo definições quanto à digitalização, acondicionamento, uso, acesso, resposta e prevenção a sinistros, resultando em um documento formal que identifique o que precisa ser feito e as prioridades de ações e os recursos necessários.

Cada etapa prevê a elaboração de relatórios que sirvam como fonte para continuação dos trabalhos. Importa que os dados levantados possam servir de embasamento para elaboração de projetos para obtenção de recursos pois estarão construídos de forma justificada quanto à completa necessidade da instituição quanto à permanência de seu acervo.

Nos últimos anos, algumas instituições têm-se mostrado mais preocupadas não somente com o acervo em si, mas com o entorno do prédio. Na literatura científica dentro da área da preservação de acervos, algumas instituições possuem metodologias para avaliação e análise de riscos. Estas podem colaborar na identificação de melhores procedimentos para evitar os riscos a que seus acervos estão expostos, produzindo decisões melhor embasadas e investimentos mais duradouros.

Esta evolução do enfoque dentro da preservação ocorreu porque a literatura científica nesta área ganhou importância nos últimos tempos.

6.1 O CRESCIMENTO DA LITERATURA EM PRESERVAÇÃO

Embora a literatura científica na área da preservação de documentos seja recente, nos últimos anos a produção nesta área tem contribuído consideravelmente para conscientizar da importância de se preservar registros. Diversas instituições têm procurado atualizar seus conhecimentos e aproximar profissionais para proteger seus acervos.

Almeida (1996) nos mostra que diversas instituições internacionais têm servido como fonte de informação para a área de preservação de bens culturais. Muitas vezes são pouco lembradas mas acabam por indicar caminhos, definem políticas, elaboram normas e padrões, promovem cursos, estágios e eventos. São ao mesmo tempo formadores e multiplicadores de conhecimentos na área da preservação de acervos.

Froner (2008) alerta ainda que

As práticas amadoras de arqueólogos, restauradores, conservadores, bibliotecários, arquivistas e museólogos, ao invés de contribuir para a preservação da cultura material, podem acarretar lacunas irreparáveis, destruindo, dilapidando e apagando vestígios importantes do passado. Em função dessas práticas inadequadas, as associações internacionais representantes dessas profissões – principalmente ICOM, ICCROM e ICOMOS – têm procurado incentivar sua formação através de cursos profissionalizantes. (FRONER, 2008, p.16)

Além de serem multiplicadores de conhecimentos através de cursos e oficinas que proporcionam, Almeida (1996) indica que várias instituições como o ICCROM (*International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*) na Itália, o ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*) na França, o IIC (*International Institute Conservation*) na Inglaterra, o *Getty Conservation Institute* nos Estados Unidos e outras, têm contribuído para disseminar seus estudos, novos enfoques e metodologias.

Durante a década de 1990, a conservação preventiva formou multiplicadores pois se compreendeu que são diversas as origens dos danos causados ao patrimônio cultural. Assim, segundo Froner (2008) profissionais de várias áreas foram integrados para contribuir com seus conhecimentos, afinal os elementos degeneradores da matéria também atuam de forma associada. Necessitava-se integrar esforços e disseminar estes conhecimentos uma vez que se abria um leque de possibilidades diante da interdisciplinaridade.

No Brasil nos últimos anos, através de projetos de cooperação e parcerias foi possível a edição dos cadernos do CPBA (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos). Um total de 53 títulos sobre a conservação preventiva de livros e documentos, de filmes, fotografias e meios magnéticos. Também textos sobre planejamento e gerenciamento de programas institucionais, controle das condições ambientais, prevenção contra riscos e do salvamento de coleções, em situações de emergência, da armazenagem, conservação e reformatação, recursos da reprodução eletrônica, da microfilmagem e digitalização.

No ano de 2008 foi editado pela UFMG em parceria com o IPHAN, os “Tópicos de Conservação Preventiva”. Publicações do projeto Conservação Preventiva que fornece conteúdos sobre: roteiros de avaliação e diagnóstico, manuseio, embalagem, transporte, preservação de bens patrimoniais, controle ambiental, controle de pragas, reserva técnica, mobiliário e os edifícios que abrigam as coleções.

Pode-se notar que a literatura na área da preservação evoluiu e compreendeu que todo o entorno de guarda de um acervo, seja museal ou bibliográfico, precisa ser estudado. Afinal a ocorrência de um sinistro pode causar um impacto forte no valor da coleção e na própria instituição.

Ocorre então uma mudança de paradigma, pois como informa Garlick (2001) existe a necessidade de se abandonar a abordagem convencional voltada às necessidades dos registros individualmente ou na forma aleatória, o que coloca a maioria dos acervos em risco. Busca-se agora enxergar o todo que envolve uma coleção.

Barboza (2007) contribui relatando que novas ferramentas de diagnósticos das condições de acervos surgem e ampliam cada vez mais as possibilidades de identificação e gerenciamento dos riscos à que estão expostos. Enquanto que a Conservação Preventiva consiste em identificar fatores de degradação e propor formas para barrar os processos em um objeto que já apresenta sinais de degradação, a chamada Conservação Preditiva¹² consistiria em avaliar as condições ambientais às quais um objeto está exposto, como e em qual intervalo de tempo estes fatores poderão agir sobre ele. Baseando este estudo em uma tabela de riscos e valores pré-definidos.

¹² Expressão encontrada apenas nesta autora.

Uma destas ferramentas que surgiram dentro do conceito de Conservação Preditiva nos últimos tempos, foi o Gerenciamento de Risco. Segundo o ICCROM, a aplicação do Gerenciamento de Risco (GR) na área da Preservação do Patrimônio Cultural surgiu da evolução da Conservação Preventiva e visa gerenciar os diversos riscos à que estão expostos.

6.2 ICCROM

Froner (2008) relata que foram o belga Paul Philippot e o italiano Cesare Brandi que juntos iniciaram as bases teóricas do ICCROM em 1956. Ambos foram consultores da UNESCO e influenciaram toda uma geração a partir dos programas de treinamento e das atividades de cooperação estabelecidas pelo instituto.

Almeida (1996) informa que o ICCROM foi fundado em 1959 pela UNESCO. É uma organização científica intergovernamental autônoma. Recebe recursos financeiros regulares e possui membros associados que integram campos de trabalhos distintos, como: documentação, pesquisa, consultoria e treinamento, multiplicando assim os conhecimentos na área de proteção ao patrimônio cultural.

O ICCROM tem sido reconhecido como parceiro prioritário para a formação na área da proteção ao patrimônio cultural. Para tanto, possui programa de publicações, uma biblioteca especializada das mais importantes do mundo e corpo técnico de especialistas envolvidos tanto na pesquisa quanto na disseminação, seja através de suas publicações como em cooperações técnicas.

Atualmente, dentre os diversos enfoques e áreas de atuação no Patrimônio Cultural, o ICCROM se propõe a oferecer uma ferramenta de otimização baseada no Gerenciamento de Riscos. Conforme Hollós (2009), a metodologia para ser usada no GR foi desenvolvida em parceria com outras instituições como o Canadian

Conservation Institute (CCI)¹³ e o Netherlands Institute for Cultural Heritage (ICN)¹⁴ e outras instituições voltadas à pesquisa e capacitação profissional em diferentes países.

Indicada para o Patrimônio Cultural – incluindo com isso, também acervos bibliográficos – o ICCROM identifica o Gerenciamento de Riscos como uma ferramenta capaz de auxiliar os gestores na tomada de decisão em conservação e preservação uma vez que seus resultados são científica e estatisticamente embasados.

Através desta metodologia, o ICCROM diz ser possível além de estudar os tipos de agentes agressores, identificar através de escalas os valores das coleções e a partir de então, poder traçar as prioridades das decisões a serem implementadas. A metodologia do Gerenciamento de Riscos têm sido difundida em nível internacional através de oficinas e cursos que o ICCROM promove¹⁵.

¹³ Esta sigla pode aparecer também como ICC (Institut Canadien de Conservation), em francês. Conforme endereço eletrônico da instituição. Fonte: <http://www.cci-icc.gc.ca/>

¹⁴ ICN (Instituut Collectie Nederland), no original dinamarquês. Fonte: <http://www.icn.nl/en/home>

¹⁵ Documento eletrônico, disponível em: http://www.arcoit.com.br/arquivos/edital_oficina.pdf (ANEXO A)

7 O GERENCIAMENTO DE RISCO (GR)

A palavra risco vem, originalmente, do italiano antigo *risicare*, quando pretende dizer ousar. Segundo Bernstein *apud* Salles Junior (2006) o risco no sentido de incerteza é derivada do latim *risicu e riscu*. Porém Baraldi (2005) lembra que a tradução de risco do italiano por “ousar”, não significa possuir a coragem audaz dos ignorantes. Ousar faz parte da natureza humana mas para isto se necessita possuir informações para não deixar nas mãos da sorte as decisões a serem tomadas.

O primeiro registro sobre o risco em probabilidade está ligado à sua aplicação em jogos. Comumente se confunde o risco entre sorte e azar, porém a expressão *al zhar* (do árabe), significa jogo de dados. Porém Salles Junior (2006), lembra que o risco é um conjunto de incertezas encontradas quando ousamos fazer algo. Por isto risco é uma probabilidade (de incertezas) de algo acontecer. A diferença está em conhecer e gerenciar as informações.

O risco não é um problema ou um empecilho. O risco nos põe alertas frente ao que precisa ser feito para uma ação futura, desenvolvendo com isso nosso pensamento estratégico. Quando se estuda o risco, é no futuro que se pensa, pois são decisões que implicarão no futuro de uma instituição.

Ao se administrar uma instituição, seja o tipo de empreendimento que for, nos deparamos com situações (ou eventos) que constituem oportunidades de benefício ou ameaças ao sucesso (ABNT, 2005). Se tivermos uma gerência efetiva, as oportunidades podem ser aproveitadas e as ameaças minimizadas.

O termo "gerencia" (*management*) tem sido aplicado geralmente como um sinônimo de administração, ou de quem faz administração, seja nas empresas, seja nas demais organizações. Chiavenato (1994) traz esta definição e ainda indica que gerenciar é também a capacidade de administrar um conjunto de técnicas que permitem tomar decisões racionais e colocá-las em prática para que todos os recursos do organismo sejam empregados da melhor forma possível, visando a sua eficácia.

Motta (1997) sugere que uma boa gestão não se limita ao domínio de técnicas administrativas, uma vez que a capacidade gerencial demanda outras habilidades mais complexas, capacidades analíticas, de julgamento, de decisão e liderança e de enfrentar riscos e incertezas.

Se decisões complexas precisam ser tomadas e as condições não fornecem a plena certeza da realidade e do que possa vir a ocorrer, se está percorrendo o campo da incerteza.

Incerteza significa que o administrador não possui informação suficiente para conhecer as conseqüências de diferentes ações. Os tomadores de decisão podem ter opiniões firmes mas ainda estarão operando sob condições de incerteza se lhes faltam informações pertinentes e se não podem estimar a probabilidade dos diferentes resultados de suas ações. (BATERMAN, 1998, p.93)

Busca-se por isso, estudar os riscos envolvidos para através de probabilidades, mensurar qual melhor decisão tomar. Pois como diz Montana (2005, p.97) o “risco é a condição na qual os resultados de uma decisão ou curso de ação não são conhecidos com clareza, mas que provavelmente cairão dentro de uma amplitude conhecida”.

Inerente a qualquer organização, o risco passou a ser quantificado e qualificado para ser mais bem gerenciado. O Gerenciamento de Risco trabalha por isso, com a questão do valor associado ao evento de risco, que segundo Salles Junior (2006, p.29) “pode ser tangível e mensurável, ou não”. A possibilidade de ocorrência de um evento é objetiva, mas o valor deste evento pode ser subjetivo, afinal as pessoas percebem uma situação de risco de formas distintas.

É importante por isso, como diz Salles Junior (2006), identificar corretamente os riscos e mensurá-los, sem dar excessivo valor a situações de riscos pequenos e médios para não encarecer o processo e expor a instituição a uma situação exagerada de perigo. Os chamados tomadores de risco (*risk takers*) são pessoas que trabalham o risco interagindo com as equipes para identificar o valor de cada risco e

chegar assim a leitura correta de seu valor. Ocorre desta forma, uma prática integrada que mostra transparência e concordância sobre uma situação avaliada.

Uma organização que procura conhecer o risco que corre em cada parte de sua estrutura entende-se melhor e procura com isso, resolver suas questões. Ao assumir a possibilidade de algo dar errado, abre-se a possibilidade de trabalhar para que o GR minimize as chances do risco causar conseqüências negativas sobre uma instituição.

O risco existe em toda parte, mas o GR tem se mostrado mais desenvolvimento em áreas como finanças, bancos e companhias seguradoras. As seguradoras historicamente vivem do risco, pois assumem os riscos mediante um pagamento chamado prêmio ou comissão de risco. O comércio também é uma atividade de risco e as incertezas, por menores que sejam, estão presentes e em todos os lugares.

Na década de 1980 surgiu no setor financeiro a necessidade de gerenciar os riscos após complicações com empréstimos com países do terceiro mundo. Na década de 1990, após desastres financeiros como o caso do banco *Barings* e as empresas *Procter & Gamble* e *Orange Count*, esta abordagem se consolidou em importância. Os escândalos seguintes das empresas *Enron*, *WorldCom* e *Adelphia* criaram inclusive uma abordagem chamada Gerenciamento de Riscos Corporativos. As situações de risco seriam mais transparentes e assim, possibilitariam minimizar as chances de um impacto ser tão forte.

Fernandes (2002) informa que existem diversos tipos de riscos no mercado financeiro. Riscos em aplicações, risco de não poder saldar compromissos, de não ser reembolsado por empréstimo ou promessa de pagamentos são muitas vezes encadeamentos que podem causar uma seqüência de ações e decretar um prejuízo bem maior.

Às vezes um rumor na imagem de uma instituição financeira, pode causar um efeito dominó na fuga de capitais. Afinal, as empresas deste setor trabalham como se fosse uma teia de relacionamento e acabam por sofrer, um grande impacto. Através do GR não buscam evitar este risco, mas desejam conhecê-lo e quantificá-lo, para decidir o que fazer e evitar com isso, prejuízos.

Mayer e Fagundes (2008) mostram que ao longo das últimas décadas um dos ativos mais valiosos estrategicamente para as organizações, é a informação. Uma empresa pode ter consequências desastrosas se não mantiver a segurança de informação. A vulnerabilidade está relacionada à perda de confiabilidade, integridade e disponibilidade de informações importantes que podem causar fraudes, falhas, sinistros e acidentes. A ABNT inclusive já disponibiliza um curso¹⁶ em Gestão de Riscos em Segurança da Informação.

Segundo o Fator Brasil¹⁷, nos últimos anos, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP¹⁸) trabalha na inclusão de normas que minimizem as preocupações sobre a forma com que o mercado de seguros realiza a gestão de riscos. A adoção das normas de riscos da SUSEP por parte das companhias de seguro concederá – segundo o site - uma importante ferramenta de apoio, permitindo às empresas estabelecer uma gestão eficiente de riscos e proporcionar assim uma valorização mais adequada de seus ativos e passivos, calcular e obter a rentabilidade prevista, já considerando possíveis riscos relacionados a clientes, produtos e investimentos.

Já a Secretaria Nacional da Defesa Civil possui o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres¹⁹ (CENAD). Tem como objetivo possibilitar, por intermédio do emprego de um sistema informatizado, o gerenciamento de ações preventivas e respostas, mobilização de recursos humanos, materiais e equipamentos, no sentido de evitar ou reduzir danos e prejuízos à sociedade, coordenando as informações de riscos de desastre. Área de atuação recentemente lembrada pelas inundações e deslizamentos ocorridos no estado de Santa Catarina.

Várias destas áreas possuem seus guias práticos que sugerem a abordagem à metodologia de Gerenciamento de Risco (GR) que atendem de forma mais específica o foco de cada atividade. De uma maneira geral, todas buscam avaliar e analisar uma situação que pode apresentar riscos, mostrar a construção de um cenário de probabilidades de fatos que possam ocorrer e apresentar ações de monitoria

¹⁶ Documento eletrônico. Fonte: http://www.abnt.org.br/m3.asp?cod_pagina=1351

¹⁷ Documento eletrônico. Fonte: http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=71432 Acesso em: 06 abr. 2009

¹⁸ Órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. http://www.susep.gov.br/menususep/apresentacao_susep.asp Acesso em: 06 abr. 2009

¹⁹ Documento eletrônico Fonte: <http://www.defesacivil.gov.br/cenad/index.asp> Acesso em: 06 abr. 2009

(regulação, fiscalização). Como diz Salles Junior (2006), em todas estas áreas, o GR tem servido de apoio às decisões nas situações críticas.

O simples fato de uma atividade existir, como se pode ver, abre a possibilidade da ocorrência de eventos ou combinação deles, cujas conseqüências constituem oportunidades para obter vantagens ou então ameaças ao sucesso ou objetivos. Em algumas áreas onde o gerenciamento de risco é empregado, o risco pode revelar uma potencialidade a ser explorada. Mas em muitas pode indicar algo que tem possibilidade de dar errado.

Nota-se que de uma maneira geral, gerenciar riscos visa monitorar as possibilidades de sofrer algum evento e um conseqüente impacto que gere perda de valor, seja em patrimônio tangível ou intangível, humano ou financeiro. Através de uma análise mais completa de um contexto, se pode vislumbrar a realidade e as ações que no presente poderão ter conseqüências no futuro.

Porém Maital (1996), diz que diferente de ser imprudente, é importante assumir riscos calculados. Afinal um executivo de uma empresa é pago para decidir e sabe que não tem chance para cometer erros. Lidar com indefinições é uma das principais atribuições que possui e tomar decisões com a incerteza ao lado, pode ser muito perigoso. Por isto, o risco não pode ser ignorado nem subestimado. O contexto da instituição, sua cultura organizacional e o setor à qual pertence, precisa ser conhecido e mensurado, para que se produzam certezas.

Portanto, gerir riscos é coordenar, direcionar e controlar atividades em uma organização no que se refere a risco (ABNT, 2005). É um processo amplo de gestão nas organizações, pois “depende do contexto no qual é utilizada” (ABNT, 2005, p.1). Afinal em cada área, as palavras usadas em cada contexto podem variar e se faz necessário adaptar vocabulários para definir as ações.

Conforme o IBGC (2007), uma metodologia de Gerenciamento de Riscos necessita uma boa análise para detectar e prevenir, identificar a probabilidade e qual o impacto. Assim, com avaliações antecipadas de riscos, previsões de impactos, vislumbrar cenários e comparar com resultados efetivos, seria possível readaptar o modelo de gerenciamento usado para seguir protegendo o patrimônio, seja financeiro ou cultural, dos riscos a que estão expostos.

É necessário primeiramente estabelecer o contexto onde será desenvolvido o gerenciamento, construir uma matriz de impacto, estabelecer uma matriz de probabilidade e definir os riscos. A previsão deve ser feita com base no melhor conhecimento possível com os melhores equipamentos que estiverem disponíveis.

O levantamento pode mostrar a vulnerabilidade que se encontra uma organização e determinar que sejam realizadas ações para diminuir o risco de um impacto causar prejuízo. A dimensão do impacto sobre a instituição, mostra a fragilidade que se encontra em relação àquele evento. A definição do tipo de dano oferece a possibilidade de estabelecer ações de resposta (reação) ou previsão quanto às decisões prioritárias (pró-atividade).

Torres²⁰ (2008) acrescenta que o Gerenciamento de Risco precisa ser um processo contínuo e em constante desenvolvimento. O processo é realimentado e adequações são feitas para manter o risco conhecido e administrado. É preciso analisar metodicamente todos os riscos inerentes às atividades passadas, presentes e futuras de uma organização. A ocorrência de um evento pode ser um sinalizador da probabilidade de voltar a ocorrer.

Como lembra Salles (2006), nunca se dispõe de 100% de informações necessárias para a tomada de decisões, o que caracteriza a incerteza. Mas, para aproximar-se da compreensão dos acontecimentos futuros e promover decisões mais acertadas, dever-se-ia exercitar a capacidade da previsão. Leva-se em conta por isso, a maior quantidade e qualidade de informações disponíveis pois o GR não trata de decisões futuras, mas sim do futuro das decisões que tomamos hoje.

No Brasil, a ABNT contempla a Gestão de Riscos através de um guia chamado ABNT ISO²¹/IEC²² Guia 73, através do qual a ABNT (2005, p. v) define risco

²⁰ Documento eletrônico.

²¹ [ISO](#) significa *International Standardization Organization*. Trata-se de uma organização internacional formada por um conselho e comitês com membros oriundos de vários países. Seu objetivo é criar normas e padrões universalmente aceitos sobre como realizar as mais diversas atividades comerciais, industriais, científicas e tecnológicas.

²² [IEC](#) significa *International Engineering Consortium*. É uma organização voltada para o aprimoramento da indústria da informação. Uma associação entre as duas instituições produz normas e padronizações internacionais.

Fonte: Documento eletrônico: Informar BR Segurança da Informação. Disponível em: <http://www.informabr.com.br/nbr.htm> Acessado em: 12 mar. 2009.

como uma “combinação da probabilidade²³ de um evento²⁴ e de suas conseqüências²⁵”. Serve como um vocabulário para ser usado em outras normas sobre o risco.

Na Austrália, uma metodologia do Gerenciamento de Riscos foi normalizada através da AS/NZS 4360 (*Risk Management, Australian/New Zealand Standard AS/NZ 4360:2004*) que define o risco como a chance de algo acontecer causando um impacto sobre objetivos. Traz ainda que, gerenciar riscos é buscar a visualização de uma medida da probabilidade e dos impactos sujeitos aos objetivos de uma instituição. Seria portanto, uma ferramenta que envolve a cultura, processos e estruturas voltados para a concretização de oportunidades potenciais e para o manejo de efeitos adversos.

Como dito anteriormente, nesta metodologia o ICCROM se baseia para enfocar a proteção ao patrimônio cultural. Importa analisar esta norma australiana sobre Gerenciamento de Riscos do ponto de vista da Preservação de acervos e compor seu funcionamento para elucidar e evidenciar possíveis pontos positivos e negativos.

²³ Grau de possibilidade de que um evento ocorra. (ABNT ISO/IEC GUIA 73: 2005, p.2)

²⁴ Ocorrência de um conjunto específico de circunstâncias. (ABNT ISO/IEC GUIA 73: 2005, p.2)

²⁵ Resultado de um evento. (ABNT ISO/IEC GUIA 73: 2005, p.2)

8 GERENCIAMENTO DE RISCOS NA PRESERVAÇÃO DE ACERVOS

Os acervos de bibliotecas, sofrem, via de regra com a escassez de recursos. A conservação preventiva tem a função de minimizar perdas e com isso proporcionar a melhor alocação dos recursos que deixam de ser usados na restauração do acervo ou reposição de obras perdidas. Vale lembrar que ciente da realidade como um todo, possibilita desta forma melhor alocação e distribuição de escassos recursos financeiros direcionados à área da preservação.

A Conservação Preventiva de artefatos culturais há muito trabalha no estabelecimento de condições de guarda, acondicionamento, transporte, exposição e manuseio de coleções visando preservar a sua integridade química e física. Os mais recentes estudos em Conservação Preventiva – que alguns autores citados chama de Conservação Preditiva - têm como foco o Gerenciamento de Riscos (GR).

O termo “risco” sempre habitou as páginas dos manuais e monografias de conservação de bibliotecas e arquivos e a identificação e tratamento dos agentes de risco é fruto de um vasto estudo no campo da ciência da conservação. No entanto, o gerenciamento desses riscos era tratado de maneira genérica, muitas vezes intuitiva e em algumas vezes visando apenas uma resposta ao sinistro.

O GR aprofunda essas questões e estabelece relações quanto a grau de probabilidade, severidade de efeitos e escalas de valor em uma coleção. Baseia-se no melhor e mais detalhado conhecimento possível dos agentes agressores, da instituição como um todo, dos acervos e dos atores envolvidos. Com isso podem-se ter respostas mais confiáveis e estabelecimento de prioridades baseadas em projeções melhor fundamentadas.

O processo de Gerenciamento de Risco ao patrimônio cultural que o ICCROM desenvolve e dá oficinas de formação de multiplicadores, apóia-se na norma australiana AS/NZS 4360:2004. Esta norma é um guia genérico para Gestão de Risco podendo ser aplicada nas mais variadas áreas públicas ou privada. Baseia-se na incorporação de práticas de gestão de risco na cultura da organização e seus processos. Ou seja, muito mais do que uma ferramenta aplicada em momentos

específicos ou em períodos, o GR deve ser incorporado à rotina das atividades de uma instituição. Como dito no capítulo 7, é um processo constante e deve fazer parte da cultura da organização. Por isto envolve direção, funcionários e agentes externos (que incluem fornecedores, clientes, usuários, etc).

O GR é um processo interativo. Constituído de etapas que quando realizadas em seqüência, permite uma melhoria na tomada de decisão e cumprimento de objetivos. O GR trabalha com valores individualizados estabelecidos dentro de um contexto de guarda coletiva o que bem se aplica às bibliotecas. Assim, os danos causados por um incêndio podem causar perda total de algumas obras e parcial em outras devendo ser considerada a perda de valor associada à perda parcial ou total de uma obra. A partir de aplicação de um método lógico e sistemático para estabelecer o contexto, identificar, analisar, avaliar, tratar, acompanhar e comunicar os riscos é possível minimizar perdas e maximizar os ganhos. Alcançar objetivos com custos globais menores.

Sendo de aplicação genérica, o GR em cada etapa proposta pela norma, deve ser analisado de acordo com a área específica que o utiliza como ferramenta, no objeto deste estudo, o Patrimônio Cultural, mais especificamente as bibliotecas. Além disso, deve-se ter em mente a noção de perda de valor total ou parcial de um livro ou coleção. Afinal o GR trabalha com uma tabela que leva em consideração o valor de um bem individual ou coleção para determinar seu valor absoluto ou relativo. Um livro raro quando perdido, por exemplo, possui um valor para o mercado, mas também acarreta uma perda de valor para a coleção como um todo.

A responsabilidade pela gerência de risco não deve ser apenas de uma pessoa, pois características pessoais e culturas organizacionais podem influenciar fortemente nos resultados. Um gestor em preservação pode influenciar com seus conhecimentos o dano causado pelos diversos agentes. Um responsável por uma coleção valiosa pode exagerar no valor referente ao acervo. Ambos contribuem para que os componentes de peso – probabilidade e impacto – sejam altos. Assim, a vulnerabilidade pode mostrar-se mais forte do realmente é. Desta forma, a gerência de riscos precisa ouvir pessoas diferentes para que contribuam com suas diferentes aproximações da realidade e com diferentes graus de informação.

Esta reflexão precisa ser feita logo no início do planejamento do GR, pois é preciso pensar sobre como irão lidar com os riscos do projeto desde sua concepção até seu desenvolvimento. Assim, o processo do GR poderá chegar mais próximo da ordem correta de informações e produzir uma melhor análise.

Embora o conceito de risco seja freqüentemente interpretado em termos de perigos ou impactos negativos, a norma preocupa-se com o risco como consequência da exposição à incerteza ou potencial desvio do que é planejado ou esperado. Assim, o processo se aplica à gestão dos potenciais ganhos e potenciais perdas, visando desta forma, gerenciar os riscos de uma forma eficaz e maior probabilidade de alcançar objetivos institucionais com custos menores.

Um dano pode atingir negativamente a imagem de uma instituição ou de seus executivos ou responsáveis pelas áreas específicas. Na preservação de acervos por exemplo, o prejuízo pode ser a perda de uma obra, de uma coleção, a revelação da falta de políticas, incompetência ou ausência de profissionais qualificados e por isso, também afetar a imagem da instituição. Como uma teia de relacionamentos, vários prejuízos podem desencadear na ausência de um gerenciamento correto. Mas devidamente reconhecidos e gerenciados, podem revelar a competência por parte dos responsáveis, uma prioridade efetiva de ações e alocações mais eficazes dos recursos disponíveis. Com isso, o reconhecimento profissional e institucional eleva-se.

Na Conservação Preventiva procura-se conhecer os riscos para se produzir respostas adequadas e estar preparado caso um sinistro venha a ocorrer. Trata-se segundo a norma em análise, de apenas aceitá-lo como uma probabilidade. O GR busca melhor conhecer todos elementos envolvidos no processo para além de aceitar o risco, poder gerenciá-lo e com isso mitigar, transferir e prevenir que ocorra. Os elementos do GR devem ser conhecidos e seguidos sistematicamente, para completar seu processo e realimentar a gestão.

8.1 PRINCIPAIS ELEMENTOS

A norma AS/NZS 4360:2004 apresenta um gráfico em que localiza os principais elementos do Gerenciamento de Risco que serão explicados a partir de agora. A visualização deste ciclo é importante para compreensão posterior:

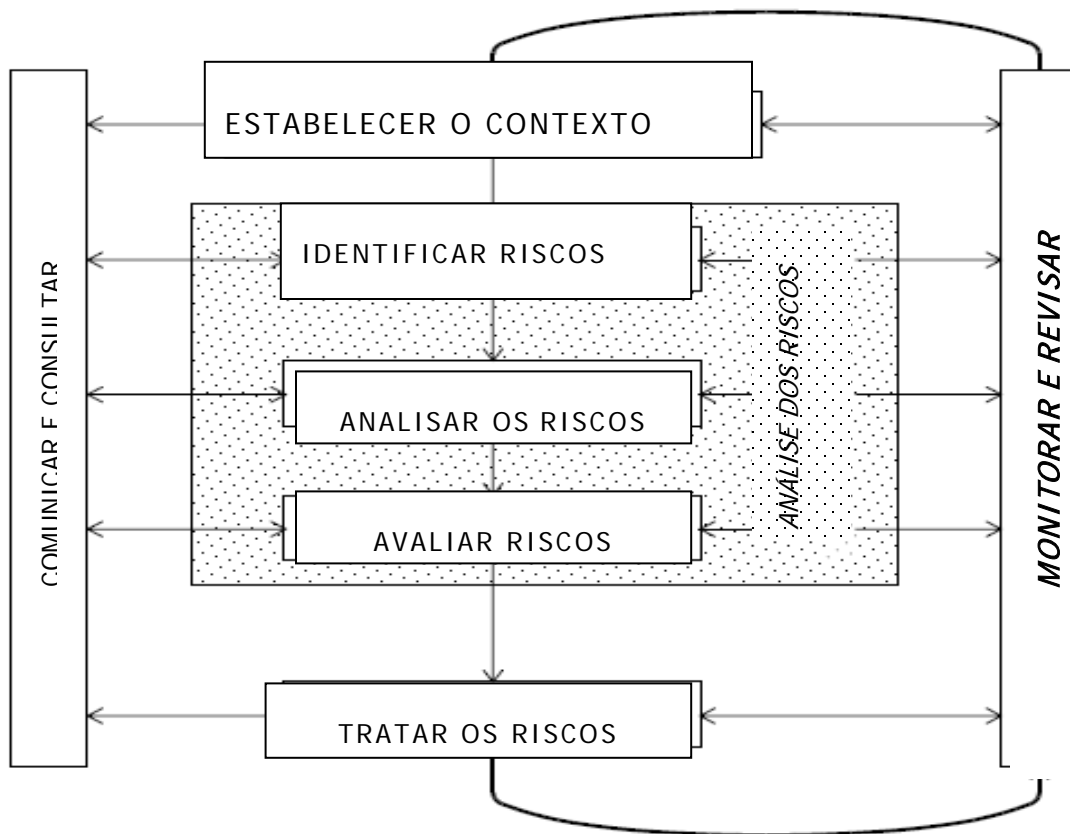


Ilustração 1: Processo de Gerenciamento de Risco - Vista Geral
Adaptado da norma AS/NZS 4360:2004 para o português

8.2 COMUNICAR E CONSULTAR

Todo o processo pressupõe que haja comunicação entre as partes envolvidas interna e externamente, para que se envolvam com cada etapa do processo e possam assim adquirir uma visão do todo. Em bibliotecas essas partes são: o corpo funcional, os fornecedores, os superiores hierárquicos e os usuários.

Essa comunicação se caracteriza pelo diálogo, onde há uma valorização e aproveitamento da visão e experiência das partes envolvidas. Não se trata de uma via de mão única com decisões autoritárias dos tomadores de decisão. O envolvimento de todos atores diz respeito à contribuição para identificação dos riscos (será visto adiante) e ao processo de gerenciamento como um todo. Essa comunicação, quando realizada de forma eficiente garante que cada parte envolvida se sinta parte importante do processo e entenda a base sobre a qual as decisões são tomadas.

Há que se considerar que as percepções dos interessados quanto a riscos são influenciadas por diferenças individuais de formação e valores, o que não impede que sejam levadas em conta e registradas. Ao longo do processo uma equipe consultiva com experiência e conhecimento em preservação de acervos irá garantir que os riscos sejam identificados de forma eficaz e esclarecerá possíveis equívocos conceituais ou de avaliação. O envolvimento dos agentes internos e externos garante o seu comprometimento com as mudanças que venham a serem implantadas.

A promoção de uma comunicação efetiva pode ser realizada através de reuniões, cursos, seminários, exposições, consultas, etc.

8.3 ESTABELECE O CONTEXTO

Ao se estabelecer o contexto se determina a abrangência do processo de Gestão do Risco. O contexto inclui o ambiente interno e externo além da interface entre esses dois ambientes.

A Conservação Preventiva em bibliotecas possui a abordagem em que o livro é o elemento primeiro mas se relaciona com seu armazenamento, com a sala de guarda, com o edifício, o entorno, o bairro e a cidade. Isso porque muitos dos agentes de risco que veremos mais detidamente adiante, conseguem atingir o objeto apesar dessas barreiras. Por exemplo: uma embalagem pode proteger um livro raro da luz e da poeira, mas pode ser ineficaz à água caso haja uma inundação de grandes proporções.

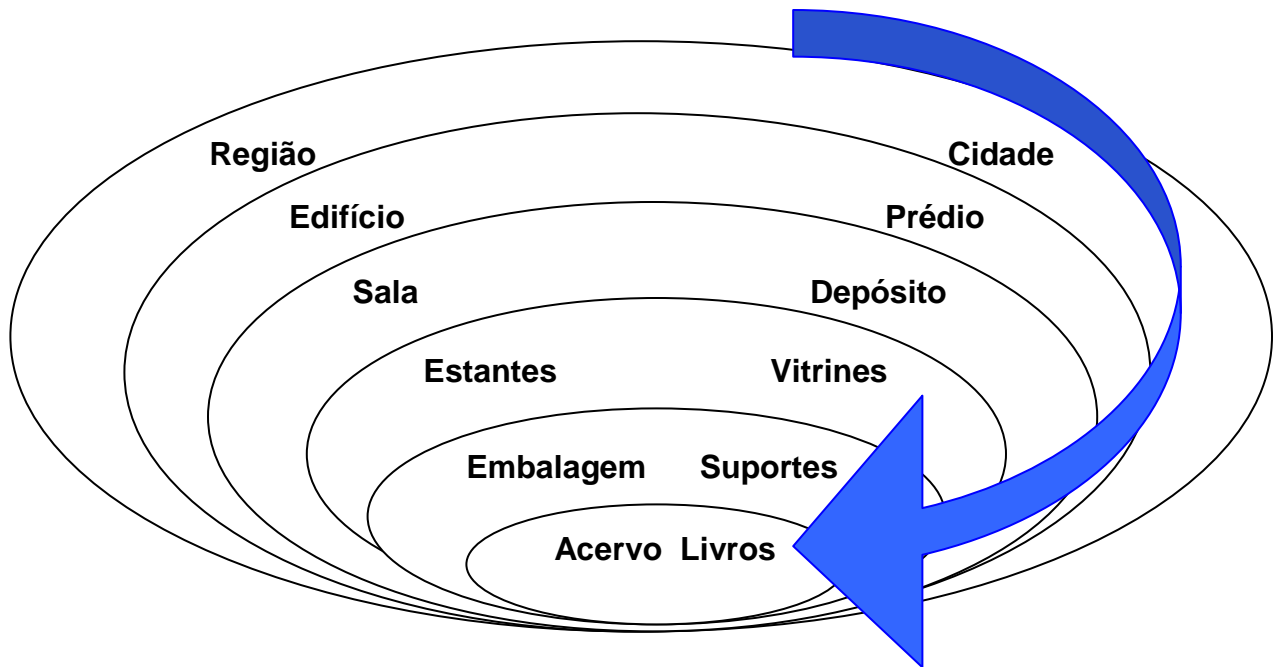


Ilustração 2: Níveis de proteção que envolve os acervos²⁶

²⁶ Adaptada pelo autor de Michalski (2004) para ilustrar os diversos níveis de proteção que envolvem os acervos das bibliotecas.

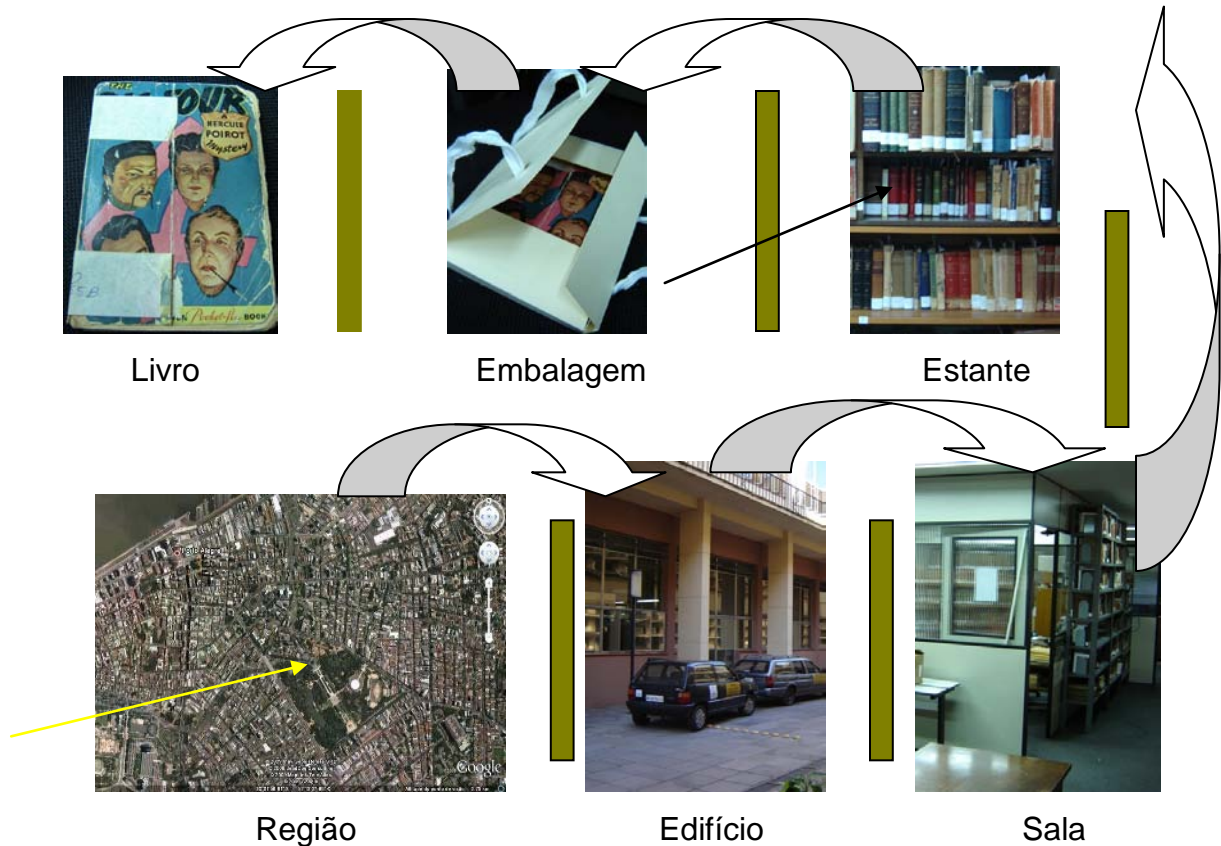


Ilustração 3²⁷: Níveis de proteção que envolve uma obra bibliográfica.

O contexto do Gerenciamento de Risco por isso, implica na compreensão do contexto interno e do externo e nas relações que se estabelecem entre ambos. Nesta etapa se definem os papéis e responsabilidades de cada membro ou setor da instituição. Estabelecer bem o contexto do GR consiste em criar um quadro lógico de atividades e processos que garantirá clareza no entendimento das várias etapas e elementos que definem o fluxo de serviço para que não se negligencie nenhum risco.

O contexto externo de uma biblioteca diz respeito a todos agentes que interagem com a coleção. Desde os relacionamentos institucionais até características climáticas da região onde a biblioteca está instalada. Envolve órgãos regulamentadores, a força da organização, partes envolvidas externas e condutores chave da instituição. O estudo dos agentes externos será importante no

²⁷ Imagem de satélite capturada através do *Google Maps* da cidade de Porto Alegre, com a indicação do Campus Central da UFRGS. Fotos do autor da lateral da Biblioteca Central procurando identificar trânsito de automóveis. As fotos seguintes registram a sala de guarda, a estante, a embalagem e uma 1ª edição de uma obra de Agatha Christie.

desenvolvimento dos critérios para gestão de risco e identificação das ameaças geradas externamente.

Internamente é preciso compreender a instituição. Ponto fundamental para que possa iniciar qualquer processo de gestão de risco. Estabelecer o contexto Interno é importante porque a Gestão de Riscos mostra sua posição quanto às metas e objetivos da organização, afinal não podem ocorrer falhas com as partes interessadas e por isso estratégias e objetivos precisam ser entendidos como um todo. As políticas da organização, suas metas e seus interesses ajudam a definir a política de risco, seus objetivos e critérios específicos de um projeto ou atividade. Por isso compreende além do acervo e a estrutura física de uma biblioteca, todo um olhar sobre a cultura organizacional, sua estrutura administrativa, fontes de recursos em termos financeiros, de pessoal e equipamentos.

Esse entendimento é fundamental porque é no âmbito dos seus interesses e objetivos que o GR deve atuar. De modo abrangente o grande risco para uma biblioteca é que ela falhe no cumprimento de seus objetivos e missão. Assim, um item ou a coleção como um todo se tornar inacessível ou em rápida degradação compromete os serviços fim da biblioteca.

Além das barreiras físicas que precisam ser conhecidas e mapeadas, as questões administrativas e de hierarquia devem ser consideradas. É baseado nesses diferentes contextos que os riscos serão identificados e os procedimentos de correção adotados. Requer por isso um olhar sistêmico, com conhecimentos e contribuições interdisciplinares, para que contribuam quanto à preservação destes acervos.

Deste conjunto de informações se define o propósito do Gerenciamento de Risco. Suas metas, explicitação de seus objetivos, bem como estratégias que serão adotadas. Etapa fundamental no planejamento do processo de gestão de risco, pois se define aqui o alcance e os limites que o processo atingirá, bem como os recursos disponíveis (humanos e financeiros) e os relatórios que serão gerados.

8.4 IDENTIFICAR OS RISCOS

A identificação dos riscos em bibliotecas já vem sendo trabalhada pela Conservação Preventiva desde o início dos anos 90. O que se propõe agora com o GR é buscar avaliar as condições ambientais as quais um objeto está exposto, como e em qual intervalo de tempo estes fatores poderão agir naquele bem, baseado em uma tabela de riscos e valores pré-definida.

Como explicitado anteriormente, cada setor que utiliza o GR, adapta os riscos conforme suas áreas de atuação. Na preservação de acervos bibliográficos vários agentes contribuem para a deterioração dos suportes. Segundo a norma AS/NZS 4360:2004, a identificação dos riscos busca responder três questões: O que pode acontecer? Quando e Onde? Como e por quê?

Abaixo, uma lista dos 10 agentes de deterioração mais importantes e que vem sendo trabalhados pelo ICCROM em seus cursos.

- *Forças físicas*: toda força exercida sobre o livro que provoque a sua degradação. Aqui entram as questões de manuseio, transporte e armazenagem inadequada que podem causar deformações, rompimentos, perfurações, rasgos, arranhados, etc.
- *Criminosos*: Roubo e vandalismo. A remoção parcial do conteúdo de uma obra através do vandalismo ou roubo de parte dos registros ou a retirada total da obra causam a perda total do artefato ou a sua desfiguração.
- *Fogo*: Queima total ou parcial, deposição de fuligem, deformações pelo calor. Fogo pode ser de origem criminosa mas é tratado aqui como agente de deterioração e não como motivação criminosa.
- *Água*: Manchas, desintegração, enfraquecimento, deformação e suscetibilidade ao aparecimento de fungos. Provenientes de chuvas, goteiras, janelas abertas, rompimento de tubulações, inundações.
- *Pragas*: Insetos (cupins, brocas, baratas e traças), roedores e pássaros. Perfuram o papel causando perda de informação, defecam nos depósitos, provocam manchas e enfraquecimento do suporte.

- *Poluentes*: Podem ser particulados como a poeira ou gasosos como a fumaça de automóveis ou formaldeído, liberado por alguns tipos de colas e tintas. Estes poluentes sujam, causam descolorações, manchas e corrosão.

- *Luz*: Os raios UV da luz solar ou artificial enfraquecem, descolorem, amarelam e escurecem o papel pela aceleração da acidificação.

- *Temperatura incorreta*: As oscilações bruscas de temperaturas causam deformações e enfraquecimento do papel e temperaturas muito elevadas aceleram a degradação por reações químicas e favorecem a instalação de pragas. O uso de ar condicionado durante o dia e sendo desligado à noite, precisa ser monitorado, pois pode provocar uma oscilação inadequada. Também conforme a posição solar da construção, o acervo pode sofrer uma variação de temperatura e luz. Necessita observação para identificar estas variações.

- *Umidade Relativa Incorreta*: Tem relação direta com os índices de temperatura no entanto, umidade relativa alta cria condições para a instalação de fungos, manchas e deformações no suporte. A baixa umidade causa enfraquecimento e ressecamento do suporte.

- *Dissociação*²⁸: Prejudica o acesso a informação através da impossibilidade de localizar livros que teoricamente estão no acervo da biblioteca. Osório (1994) afirma que estantes de livre acesso é o tipo preferido pelos usuários, contribuindo assim para maior aproveitamento do acervo. Porém o GR indica que pode ocorrer com isso a guarda incorreta de um volume por parte deste usuário. Também Silva (2003) ensina que o serviço da guarda do material normalmente é um dos serviços executados pelo auxiliar de biblioteca, que poderia causar erros na ordenação pois este funcionário pode ao não ser da área, confundir o número de chamada. O que

²⁸ **Dissociação**. Do latim *dissociare* = separar, dissociar, divisão, dissolução, separação. (DORSCH, 2001). **Dissociação**: ação ou efeito de dissociar, separação, decomposição, desagregação. (HOUAISS, 2001). Obs.: Como é um termo novo dentro da área da Biblioteconomia, o autor optou pelo sentido de separação. O item está dissociado ou separado da coleção à qual faz parte, quando está fora de sua localização correta ou quando depende de outra pessoa a informação sobre a localização e esta não se encontra. Por isto, o item provavelmente está na biblioteca, mas não pode ser localizado. No caso de outros materiais, como fotografia por exemplo, a falta ou perda de registro ou da indexação que revela as informações do item, pode tornar uma fotografia dissociada de uma coleção. A imagem não consegue sozinha identificar o que nela existe, está dissociada.

identifica como risco de perda de informação temporária, solucionado através de inventários mais freqüentes.

Na identificação dos riscos pode-se fazer uso de relatórios ou termos de ocorrência, observações *in-loco*, *brainstorming*, etc, para que nenhum risco seja negligenciado. Cada pessoa da equipe pode contribuir com sua experiência para identificação de especificidades de cada biblioteca. A lista acima citada é bastante abrangente em termos de biblioteca, mas não é definitiva. As observações constantes podem mostrar necessidade de revisão nestes itens.

Para este modelo, existem riscos associados conforme a tabela de Michalski (2004), que veremos agora, que identifica vários níveis de proteção a serem observados na identificação de riscos. Esta tabela ilustra várias questões que devem ser observadas pois poderão revelar situações que merecem atenção e contribuir para indicação do nível de cada risco sujeito às coleções.

Nível de proteção	Elementos importantes para observar durante uma inspeção para identificação de riscos
Região (país, cidade)	<ul style="list-style-type: none"> - Tipo de clima (<i>água, temperatura e umidade relativa incorretas</i>); - A biblioteca está localizada em uma área de terremotos? (<i>forças físicas</i>); - A biblioteca está localizada em uma área susceptível a tsunami? (<i>forças físicas, água</i>)
Local (área em torno da biblioteca)	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos de construções no entorno ou anexo à biblioteca (<i>fogo, água, criminosos</i>); - Inclinação do terreno, altura e distância de rios e esgotos próximos (<i>água</i>); - Existência e condição dos sistemas públicos de esgoto e drenagem de água (<i>água</i>); - Existência de hidrantes perto da biblioteca (<i>fogo</i>); - Existência de iluminação para ronda noturna em volta da biblioteca (<i>criminosos</i>); - Existência de vegetação ou área de armazenagem de latões de lixo perto ou anexas a biblioteca (<i>pragas</i>)
Prédio	<ul style="list-style-type: none"> - Material das paredes, qualidade da construção, existência de buracos, fendas ou rachaduras nas paredes (<i>criminosos, fogo, água, pragas, poluentes, luz/UV, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta</i>); - Existência de iluminação noturna, visibilidade (<i>criminosos</i>); - Qualidade, condições e inclinação do telhado, existência e tipo de sistema de drenagem no telhado (<i>água</i>); - Material das portas e janelas, fechaduras, dobradiças, fendas, lacres, grades e qualidade da construção (<i>criminosos, fogo, água, pragas, poluentes, luz/UV, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta</i>); - Existência de persianas/folhas externas nas janelas (<i>criminosos,</i>

	<i>luz/UV)</i>
Nível de proteção	Elementos importantes para observar durante uma inspeção para identificação de riscos
Salas do acervo	<ul style="list-style-type: none"> - Material das portas e janelas, fechaduras, dobradiças, fendas, lacres, grades e qualidade da construção (<i>criminosos, fogo, água, pragas, poluentes, luz/UV, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta</i>); - Material das paredes, qualidade da construção, existência de buracos, fendas ou rachaduras nas paredes (<i>criminosos, fogo, água, pragas, poluentes, luz/UV, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta</i>); - Altura do piso acima do chão; existência, localização e condição de drenos no chão; existência de encanamento no teto, nas paredes, perto do chão (<i>água</i>); - Existência de detectores e de sistemas de combate a incêndios (<i>fogo, água</i>); - Existência e condição de fiação elétrica (<i>fogo</i>); - Tipos de lâmpadas, níveis de iluminância (lux) média e máxima (<i>luz / UV</i>); - Existência e condição de sistemas mecânicos como os de filtração de ar, ar condicionado, etc. (<i>poluentes, temperatura e umidade relativa incorretas</i>)
Outras dependências	<ul style="list-style-type: none"> - Existência, tipo e altura de rotas de acesso (rampas, escadas, etc.) em áreas de carga e descarga (<i>forças físicas</i>); - Existência, facilidade de acesso e limpeza de áreas de entrada e elevadores (<i>forças físicas, pragas</i>); - Existência, uso e acesso a salas de quarentena/aclimação (<i>pragas</i>); - Existência de lixo e limpeza na cozinha e outras dependências de serviço (<i>pragas</i>); - Existência, tipo e condição de pias, encanamentos, e ralos nos quartos de empregados, banheiros, cozinha e outras dependências de serviço (<i>água</i>).
Unidades de depósito e de exposição (vitrines, estantes, prateleiras, etc.)	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos, materiais de construção, acabamentos superficiais, qualidade e condição das unidades de depósito e exposição (<i>todos os agentes</i>); - Qualidade da construção e condição, existência de fendas, buracos, etc. (<i>todos os agentes</i>); - Existência e tipos de fechaduras e outros dispositivos de segurança (<i>criminosos, dissociação</i>); - Capacidade de escoar água (<i>água</i>); - Estabilidade contra tombamento ou colapso (<i>forças físicas, criminosos</i>); - Existência, tipo e condição de instalações de luminárias, lâmpadas, filtros de UV; níveis de iluminância (lux) (<i>luz / UV, temperatura e umidade relativa incorretas, fogo</i>); - Existência de dispositivos especiais de controle de umidade e poluentes (<i>umidade relativa incorreta, poluentes</i>)
Acondicionamento e Suportes	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos, materiais e condições de suportes e acondicionamento (<i>forças físicas, fogo, água, pragas, poluentes, luz / UV, temperatura e umidade relativa incorretas</i>).

Nível de proteção	Elementos importantes para observar durante uma inspeção para identificação de riscos
Procedimentos	- De segurança (<i>criminosos</i>); - Contra incêndio (<i>fogo</i>); - De inventário, de empréstimo (<i>dissociação</i>); - De manutenção / limpeza (<i>pragas, poluentes</i>); - Outros procedimentos e políticas existentes para proteger o acervo (<i>agentes diferentes</i>)

Quadro 1: Elementos para observar na identificação de riscos²⁹.

8.5 ANÁLISE DE RISCOS

A norma AS/NZS 4360:2004 define a análise de risco como a etapa destinada à compreensão do risco. Análise de riscos pode ser realizada em diferentes graus de detalhamento dependendo do risco, do objetivo da análise, informações, dados e recursos disponíveis.

Definidos ou identificados os agentes agressores – fontes de risco – é preciso entender as suas conseqüências e as probabilidades de que venham a ocorrer. Segundo Waller (2003) citado por Barboza (2007), pode-se estabelecer três níveis de probabilidades: riscos raros, riscos esporádicos e riscos contínuos.

Assim um mesmo risco pode ter efeitos raros, esporádicos ou contínuos. Ao estabelecermos a relação entre probabilidade (baseado em eventos) X conseqüência (mudança de estado e correspondente perda de valor). Teremos por exemplo:

- Agente: água
- Risco raro: grandes inundações - conseqüência: perdas extensas
- Risco esporádico: goteiras – conseqüência: perda parcial
- Risco contínuo: infiltrações – conseqüência: perda parcial

O objetivo do GR nesta etapa é que se definam estratégias para diminuir ou extinguir o risco de degradação das coleções, assim é necessário que se analise os

²⁹ Quadro original para museus de Michalski (2004). adaptada pelo autor para bibliotecas.

riscos em todos os níveis de proteção. Da qualidade dos invólucros de acondicionamento à região geográfica.

Além disso, deve-se considerar qual parte do acervo pode ser afetada por cada risco. Assim, utilizando como exemplo o risco de uma goteira que possa atingir dez livros de uma coleção total de 60.000 é uma fração bem pequena afetada. No entanto, se esses dez livros forem os mais valiosos da coleção, o grau de perda será muito maior. Ou seja, com a aplicação do GR é preciso pensar em termos de valor: Qual o grau de perda de valor da coleção como um todo se houver dano em um ou mais de seus componentes.

Para tanto é preciso atribuir valor a cada item ou a um grupo deles dependendo da situação. Essa atribuição de valor se dará por bibliotecários com assessoria de outros especialistas, como conservadores, historiadores, pesquisadores, etc. Afinal a atribuição de valor deve considerar não apenas o valor de mercado da obra, como o seu valor relativo na coleção. Para proteger estes livros, é preciso mensurar a probabilidade dos riscos e sua magnitude frente ao valor que estes livros possuem. É preciso então, avaliar os riscos para vislumbrar uma priorização das ações.

8.6 AVALIAR OS RISCOS

Uma vez identificados e analisados os riscos a que as obras estão expostas é necessário avaliá-los para que se possam estabelecer prioridades e tomar decisões. A avaliação nesta etapa serve para interpretar a importância dos riscos baseadas em sua magnitude.

Nos seus treinamentos, o ICCROM propõe o uso de dois tipos de escala para realizar o diagnóstico a *Ratio Scale* criada por Robert Waller em 2003 e a *ABC Scale* desenvolvida por Stefan Michalsky³⁰.

Após a análise dos riscos, atribui-se um valor numa escala de um a cinco (1 – 5) para as seguintes questões dentro de um período determinado de tempo para cada

³⁰ Fonte: < http://www.iccrom.org/eng/prog_en/01coll_en/archive-preven_en/2006_10risks_en.shtml>

agente de deterioração. A *ABC Scale* “é baseada no somatório dos valores de risco atribuídos para cada uma das etapas” diz Barboza (2007, p.1766).

A: Com que frequência ocorre o processo de degradação?

B: Quanto de valor é perdido no objeto afetado?

C: Quanto do valor da biblioteca é afetada?

A Magnitude de Risco (**MR**) é o resultado da soma desses três valores.

A: Com que frequência ocorre o processo de degradação? Com que rapidez ocorre o processo? São processos contínuos (como variação ou alta umidade relativa, roubo, poluição, etc)? Qual o tempo necessário para que ocorra?

Pontos	Eventos: intervalo de tempo entre os eventos Contínuo: Tempo de dano cumulativo necessário para perda	Probabilidade de ocorrência em um ano	Probabilidade de ocorrência em cem anos	Número de eventos em 10 anos para cada 1000 museus
5	~ 1 ano			10 000
4 ½	~ 3 anos	0,3		3 000
4	~ 10 anos	0,1		1 000
3 ½	~ 30 anos	0,03		300
3	~ 100 anos	0,01		100
2 ½	~ 300 anos	0,003	0,3	30
2	~ 1 000 anos	0,001	0,1	10
1 ½	~ 3 000 anos	0,000 3	0,03	3
1	~ 10 000 anos	0,000 1	0,01	1
½	~ 30 000 anos	0,000 03	0,003	

Quadro 2: Intervalo de tempo cumulativo para degradação do suporte³¹.

³¹ Quadro original de Michalski (2006), apud Gomes (2009). Traduzida pelo autor.

Pontos	Definição	%	Nº de Objetos afetados
5	Perda total de valor (ou aproximado) em cada objeto afetado	100%	1
4 ½		30%	3
4	Perda significativa de valor em cada objeto afetado	10%	10
3 ½		3%	30
3	Pequena perda de valor em cada objeto afetado	1%	100
2 ½		0,3%	300
2	Perda de valor muito pequena em cada objeto afetado	0,1%	1000
1 ½		0,03%	3000
1	Perda mínima de valor em cada objeto afetado	0,01%	10.000
½		0,003%	30.000

B: Quanto de valor é perdido no objeto afetado?

Quadro 3: Valor perdido por objeto³².

C: Quanto do valor da biblioteca é afetado?

Pontos	- Definição	Fração	%	Decimal
5	Todo ou a maior parte do valor da coleção	1	100%	1
4 ½		1/3	30%	0,3
4	Uma fração significativa do valor da coleção	1/10	10%	0,1
3 ½		1/30	3%	0,03
3	Uma pequena fração do valor da coleção	1/100	1%	0,01
2 ½		1/300	0,3%	0,003
2	Uma fração muito pequena do valor da coleção	1/1000	0,1%	0,001
1 ½		1/3000	0,03%	0,0003
1	Uma fração mínima do valor da coleção	1/10 000	0,01%	0,0001
½		1/30 000	0,003%	0,00003

Quadro 4: Valor afetado da biblioteca³³

³² Quadro original de Michalski (2006), apud Gomes (2009). Traduzida pelo autor.

³³ Quadro original de Michalski (2006), apud Gomes (2009). Traduzida pelo autor.

Levando-se em conta os 10 itens anteriormente citados como fatores de degradação, podem-se elaborar respostas às perguntas, conforme as tabelas *Ratio Scale*. Seja uma coleção inteira, uma coleção específica ou um item em separado, pode-se chegar as definições de prioridade como veremos. Elaboremos um exemplo:

- Uma coleção de Obras Raras sofre variação de umidade relativa considerável nos últimos anos, temperatura com baixa oscilação. Sem históricos de fogo. Coleção com valor importante para instituição e de valor comercial reconhecido, há registros de furto na última década, perdas ocorreram em parte da coleção apenas.

Fatores de degradação	A	B	C	MR
Forças físicas	3	3	3,5	9,5
Criminoso	4	4	4	12
Fogo	3	4	4	11
Água	2	3,5	3,5	9
Pragas	2	3	3	8
Poluentes	2	2,5	2,5	7
Luz	2	2,5	2,5	7
Temperatura incorreta	2	3	3	8
Umidade relativa incorreta	2	3	3	8
Dissociação	3,5	4	4	11,5

Quadro 5: somatório das tabelas ABC

Depois de analisar cada um dos dez agentes teremos as prioridades de acordo com cada índice encontrado. Assim, quanto mais alto o índice encontrado no somatório dos valores de A, B e C maior o risco de que aquele agente de deterioração venha a causar danos à coleção. O resultado fornece a prioridade de uma análise em relação à outra. Para identificação do nível de prioridade é usado uma Escala de Magnitude de Riscos (MR) desenvolvida por Michalski apud Gomes (2009) e usada pelo ICCROM em seus cursos e oficinas.

15 – 13½

Prioridade catastrófica. Todo ou quase todo o valor da coleção provavelmente será perdido em poucos anos ou menos. Apenas possível para coleções recentemente colocadas em áreas de elevado perigo, como em construções extremamente mal planejadas e em localização incorreta, ou para coleções sabidamente na iminência de um desastre, como no caso de situações de guerra ou furacões.

15

14½

14

13½

Exemplos de pontuações onde o risco ocorre em 30 anos, ou seja, $A = 3½$

$13½ = 3½ + 5 + 5$
 Todo ou quase todo o valor dos objetos de toda ou da maior parte da coleção é perdido em 30 anos.

13 – 11½

Prioridade extrema. Dano significativo em toda a coleção, ou perda total de uma fração significativa da coleção é possível em uma década ou menos. Estas pontuações tipicamente ocorrem nos casos de riscos de incêndio ou furto em larga escala, ou em casos de taxas de deterioração extremamente elevadas decorrentes de iluminação intensa, radiação ultravioleta ou umidade em edifícios novos mal planejados.

13

12½

12

11½

$11½ = 3½ + 4 + 4$
 Perda de valor significativa para uma fração significativa da coleção em 30 anos.

11 – 9½

Prioridade alta. Perda de valor significativa para uma pequena fração da coleção é possível em uma década, ou perda significativa para a maior parte da coleção é possível em um século. Estas pontuações são comuns em museus onde a conservação preventiva nunca foi uma prioridade, ou onde alguns objetos valiosos podem ser facilmente roubados.

11

10½

10

9½

$9½ = 3½ + 3 + 3$
 Pequena perda de valor para uma pequena fração da coleção em 30 anos.

9 – 7½

Prioridade média. Perda de valor pequena para a maior parte da coleção é provável apenas após muitos séculos. Em um século, perda significativa aos objetos é possível apenas para uma fração muito pequena da coleção, ou menos. Estas pontuações aplicam-se às melhorias em andamento que mesmo os museus conscienciosos devem fazer após lidarem com todos os riscos de maior magnitude.

9

8½

8

7½

$7½ = 3½ + 2 + 2$
 Perda de valor muito pequena para uma fração muito pequena da coleção em 30 anos.

7 e inferior

Este nível de risco significa que se espera que uma deterioração muito pequena ou minúscula ocorra em uma fração muito pequena da coleção em séculos. Caso alguém considere este caso como um risco prioritário, talvez o valor relativo dos objetos afetados não tenha sido

7

6½

6

5½

5

$5½ = 3½ + 1 + 1$
 Perda de valor minúscula para uma fração minúscula

estabelecido corretamente.

<5

Quadro 6 : Escala de Magnitude de Riscos (MR), fonte : Michalski (2006) apud Gomes (2009).

O diagnóstico da magnitude de risco (soma das letras A + B + C), proporciona prever danos a que o acervo está exposto. O exemplo utilizado, nos mostra que frente ao valor que representa a coleção de Obras Raras para a biblioteca e os problemas que vem ocorrendo, a prioridade no momento seria focalizar ações para prevenir o risco de perda do material por roubo ou dissociação, seguido do dano que o fogo causaria se fosse o agente. Visto que os resultados da tabela de magnitude de risco, apontam na matriz de impacto a escala de prioridade de decisão frente a este risco.

15											
14											
13											
12		12									
11		4	11							11,5	
10			4							4	
9	9,5			9							
8	3,5	4		3,5	8			8	8		
7			4		3	7	7	3	3	4	
6	3					2,5	2,5				
5				3,5	3						
4		4				2,5	2,5	3	3		
3	3		3							3,5	
2				2	2	2	2	2	2		
1											
	M. R. / Agentes	Forças físicas	Crime	Fogo	Água	Praga	Poluentes	Luz	Temperatura	U. R.	Dissociação

Quadro 7: Matriz de impacto³⁴.

Apontando já para o tratamento de riscos (próximo capítulo), para não perder o foco exemplificado, pelo diagnóstico de prioridades, pode-se revisar por exemplo a política de acesso, para prevenir futuros contatos sem a devida autorização com esta

³⁴ Representação gráfica da Magnitude do Risco. Elaborada pelo autor a partir do material da Oficina em GR do ICCROM, ministrada por José Luis Pedersoli em Porto Alegre em 2008.

coleção importante para a biblioteca. A colocação de alguns tipos de detectores magnéticos em obras raras é proibida, neste caso, o uso precisaria ser monitorado e a obra ser acompanhada até sua devolução no local de guarda

Como as forças físicas também têm uma prioridade alta, mas com conseqüente perda moderada, seria importante junto a revisão desta política, revisar o regulamento que existe quanto ao cuidado no manuseio. Um treinamento de pessoal para segurança e educação para o correto uso. A dissociação pode indicar perda de material dentro da própria coleção, o que causaria suspeita de furto e problemas. Assim, podemos vislumbrar um panorama deste ciclo quanto aos problemas de dano, furto ou guarda incorreta.

O fogo adquire uma prioridade alta também, pois mesmo sem histórico de sinistros, o valor da coleção pode ser afetado no todo ou em grande parte e a instituição teria problemas com este evento pelo valor que dispensa a esta coleção. Alternativas como revisar instalações elétricas, janelas (para tentativas criminosas), extintores e treinamento de pessoal para sua utilização, manter telefones de emergência ao alcance da equipe, possuir sistema de alerta que funcione 24 horas para não se pego de surpresa em um fim-de-semana, por exemplo.

Como vemos, é parte das prioridades identificar situações de risco e proporcionar planejamento de ações que previnam um evento, seja de que natureza for.

8.7 TRATAR OS RISCOS

Com a escala de prioridades definida, é necessário verificar o leque de opções de tratamento, avaliar a factibilidade de cada uma e preparar a implementação do tratamento.

É importante salientar que essa etapa deve ser desenvolvida tendo em mente o conjunto da coleção e dos agentes de deterioração para que não seja tomada uma medida de tratamento de um determinado risco que venha a gerar um novo risco. Por exemplo: climatizar e para tanto vedar todas as opções de ventilação para evitar a

entrada de poluentes e otimizar os aparelhos de ar condicionado. Se houver dano ao aparelho de ar condicionado e não houver verba para manutenção, a coleção entra em sério risco por não ter opção de ventilação.

A tomada de decisão quanto ao que precisa ser feito, também tem de ser planejada e monitorada. Na medida em que se focaliza a prioridade, ela precisa ser abordada de forma correta. A ação sobre determinado material que corre risco mas que descansa pode ser alterada quando sob intervenção se a forma de fazê-lo não seguir um planejamento criterioso com técnicas da conservação adequadas.

Um exemplo que pode ser mencionado ocorreu na Igreja³⁵ de Nossa Senhora do Carmo, em Mariana (MG) no ano de 1999, quando um incêndio destruiu grande parte da construção. Eram utilizados produtos químicos para recuperação de pinturas e peças sacras no interior da igreja. Um curto-circuito possivelmente na fiação antiga foi potencializado pelos produtos que ali estavam. Veiculado pelo governo da época como um “trágico acidente”, dentro de uma análise mais criteriosa, este tipo de situação seria reconhecida e seguiria etapas para não gerar um ambiente que potencializasse o sinistro.

Por isto, a norma indica que a proteção de uma coleção dos agentes de deterioração será desenvolvida através dos estágios seguintes: evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar para cada nível de proteção, quando possível.

Utilizando como exemplo o agente Fogo, pode-se pensar em ações para diminuir a possibilidade de ocorrência deste tipo de sinistro. Deve-se portanto, iniciar evitando o fumo dentro do edifício como um todo, nas salas ou em locais de exposição. Também se evita guardar estes materiais comburentes que podem potencializar sinistros a proporções devastadoras, como ocorreu com o exemplo da Igreja e Mariana (MG).

O bloqueio pode ser feito com paredes e portas anti-fogo, bem como armários ou embalagens. A detecção da fumaça deve existir no edifício e/ou salas específicas, devendo haver sistema de responder ao dano que ocorrer. A recuperação

³⁵ Documento eletrônico. Fonte: <http://www.geocities.com/lagopaiva/tochahis.htm>. Acessado em: 28 abr. 2009.

dos itens requer especialistas para avaliar o grau do dano e as ações necessárias para recuperação.

Os estágios citados anteriormente, suscitam procedimentos de educação das equipes e dos visitantes quanto ao fumo, ao depósito inadequado de materiais comburentes. Também como parte da detecção e resposta, importa treinar o pessoal para identificar imediatamente e providenciar ações rápidas para diminuir o tempo de resposta ao sinistro. Mantendo assim, extintores verificados, sistemas de aspersão com controle de funcionamento, telefones de emergência atualizados, bem como mapeados pessoas e telefones próximos que possam ser acionados para auxiliar na ação e minimizar as conseqüências.

Para tratar os riscos é importante documentar a forma escolhida para implementar as ações que serão tomadas, procurando:

- descrever as ações propostas;
- demonstrar recursos necessários;
- definir responsabilidades;
- estabelecer um cronograma;
- medidas de avaliação,
- requisitos de informação e acompanhamento.

O processo dinâmico de GR prevê que todas essas etapas devem ser constantemente comunicadas às partes envolvidas e passar por constante avaliação e monitoramento. Assim, quem faz o quê fica mais bem definido. Os recursos e sua alocação tornam o procedimento mais transparente e comprometido com a priorização do que tem de ser realizado.

8.8 MONITORAR E REVISAR

Assim como é importante comunicar e consultar durante todo o processo, revisar todas as etapas e monitorá-las é fundamental para que o gerenciamento tenha sucesso. Como o GR envolve a coleta de um grande número de informações, envolve

um grande número de atores e pressupõe a tomada de decisões em vários níveis, é necessário portanto que se monitore constantemente as inconsistências e se revise os processos para que não se incorra em atitudes ou decisões que involuntariamente anulem ou prejudiquem outras.

Portanto, monitorar e revisar significa fiscalizar, observar criticamente e medir o progresso de uma das atividades ou ação, de forma regular, a fim de identificar a mudança do nível de desempenho exigido ou esperado e assim, avaliar o processo em todos os níveis para que possíveis erros não realimentem ou perpetuem no processo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser visto ao longo deste trabalho, muitos agentes de deterioração atuaram de forma individual ou conjunta na perda de registros. Algumas vezes insetos, roedores ou microorganismos agem silenciosamente devorando o que poderia ficar para próximas gerações. Em outras vezes o clima se encarrega de devastar a memória de forma abrupta. O próprio ser humano também atua como responsável pela destruição da palavra escrita, seja de maneira pensada, seja por omissão.

Os antigos já sabiam que acumular conhecimentos era importante para seu futuro, fortaleciam com isso o conhecimento e mantinham viva sua identidade. Os acervos após a invenção da imprensa, multiplicaram exponencialmente. A produção intelectual e o desenvolvimento humano melhoraram muito com a educação e o acesso ao conhecimento. Talvez o acúmulo de informação tenha tornado difícil identificar o que é mais importante para nossa vida e por isso também mais difícil de priorizar o que deve ser mais bem cuidado e permanecer por mais tempo.

O livro é muito mais do que cadernos reunidos e informação impressa. É o registro de um autor, de uma idéia, de uma época, em determinada sociedade em um tempo. Um livro é também o registro de um tipo de encadernação, da arte de ilustradores, dos ofícios de editores, revisores, tradutores, diagramadores, gráficos e principalmente, leitores. Um livro é memória viva do tempo de hoje, do que passou e no tempo que virá, basta que seja reconhecida sua importância e se preserve seu valor.

Ao mesmo tempo em que uma coleção passa a ser reunida em um único edifício, ela favorece com isso não só a preservação do seu acervo como também sua destruição. Sejam as deteriorações silenciosas, ações do tempo, manifestações criminosas, descaso ou eventos abruptos como um desastre natural, todas contribuem em separado e algumas de forma concomitante para que ocorra perda de valor em nosso patrimônio cultural. A relação do prédio que abriga o acervo com seu entorno é

sumamente importante. Não se pode deixar de avaliar as relações que ocorrem ou podem vir a ocorrer nos micro e macro contextos.

Levando em consideração que uma parte considerável dos acervos bibliográficos brasileiros encontra-se em instituições públicas, parece extremamente necessário que os gestores tenham conhecimentos administrativos seguros para conseguir reunir forças para conseguir administrar situações em condições muitas vezes adversas.

Se nota nos últimos anos a Ciência da Informação com um discurso que dá maior valor ao acesso e mostrando a digitalização de obras como a panacéia da memória, uma vez que vê como certa a obsolescência do suporte papel. Porém Umberto Eco³⁶ em recente artigo diz que todos os suportes para a transmissão e conservação da informação são mais perecíveis do que o livro. Nesta encruzilhada, o profissional da informação sabe que uma tecnologia ainda não legitimada tem que ser bem estudada para ser devidamente apropriada de forma confiável.

Vale observar que a literatura científica não avançou somente nas tecnologias de consumo e na engenharia genética ou nanotecnologia, também a literatura na área de preservação de acervos cresceu e possui condições de mapear as situações de deterioração do suporte em papel. E a partir daí construir mecanismos que preservem por mais tempo este suporte. Afinal muita informação já se perdeu na troca de suportes e o papel permanece vivo como a fonte histórica mais segura.

A tecnologia acima criticada, ao mesmo tempo fornece facilidades nunca antes pensadas, interligando saberes e proporcionando a troca de experiências. Uma destas possibilidades de avançar na discussão sobre o tema da preservação, surgiu da pesquisa nas fontes de preservação que existem fora do Brasil. O ICCROM, uma instituição internacional ligada à Unesco, forneceu o enfoque de uma metodologia normalizada na Austrália e Nova Zelândia - AS/NZS 4360:2004 - que servisse para auxiliar na preservação de acervos. A revisão de literatura explorou que tipo de ferramenta era esta, em que áreas já fora utilizada e tornar este estudo acessível a outros profissionais da área de acervos bibliográficos.

³⁶ Documento eletrônico.

A metodologia base utilizada para o GR neste trabalho é a norma australiana que contribui para dar os elementos necessários para o processo. Um aspecto que se notou é que inexistem uma norma padrão que oriente a aplicação desta metodologia do ponto de vista da preservação de patrimônio cultural, visto que diversas contribuições formam o atual conteúdo que embasam escalas e tabelas de valor para se chegar à probabilidade do risco envolvido. A leitura do contexto deve ser feita de maneira completa, só assim existe possibilidade da aplicação chegar a decisões consistentes, pois diversos são os atores que agem sobre um acervo.

A metodologia do GR necessita que etapas administrativas em uma instituição estejam amadurecidas. Um ponto que se pode notar é que muitas bibliotecas ainda não tem definidas políticas de desenvolvimento de coleções, de acesso ou uso, o que dificulta a certeza de avaliação sobre o que existe. Na cultura organizacional de instituições públicas – onde muitas vezes ocorre uma indicação política – pode ocorrer outra complicação, pois o trabalho em equipe do GR exige comprometimento e a participação extremamente necessária para monitoria e realimentação do processo. Sem falar na carência de pessoal, de especialistas e recursos financeiros e equipamentos necessários tornaria praticamente inviável sua implementação.

Mas se avaliarmos do que não dispõem as bibliotecas ou instituições públicas, nada seria feito e metodologia alguma teria campo para ser estudada, testada e implementada. Importa compreender que uma metodologia como esta muda o enfoque de problemas antigos, muitas vezes já consolidados e assim fornecer um novo olhar e uma melhor leitura do todo. O GR na preservação de acervos ao que indica esta análise realizada, traz uma leitura extremamente completa da situação do risco à que está exposto um acervo e através de etapas, indica as prioridades a serem tomadas quanto à decisão em preservação. Assim o planejamento acaba sendo mais confiante e a participação mais efetiva nos processos.

A gestão em preservação até então vista como reativa, mostra-se a partir do GR como pró-ativa, pois procura conhecer as informações mais precisas e tomar providências antes que um sinistro aconteça. As ameaças e oportunidades são mais bem identificadas possibilitando direcionar esforços e alocar recursos de uma forma mais inteligente também. Afinal ocorre uma relação custo x benefício, pois se parte de

um planejamento efetivo para algo que é prioritário. Proporciona-se com o GR, a compreensão de determinadas iniciativas intuitivas que podem gastar recursos escassos e que ainda podem causar um grande prejuízo para a instituição em detrimento de outras situações mais acertadas e racionais.

Outro ponto importante desta metodologia, é que ao identificar de maneira precisa o que tem que ser feito, pode embasar um relatório, pedido, parceria ou financiamento para um objetivo específico que deseja resolver. Um bom tema a ser estudado por bibliotecas ou instituições públicas que carecem muitas vezes de bons argumentos para suas hierarquias ou quando buscam em parcerias algum apoio.

Note-se que esta metodologia é utilizada e reconhecida em muitas áreas da iniciativa privada. Afinal, ocorre maior confiança entre as partes interessadas na medida em que se explana de forma mais transparente a real situação e mais claramente o que se tem para fazer. Mas principalmente, ao gerenciar o risco se está monitorando qual impacto pode ocorrer e que prioridades dos prováveis eventos precisam ser tratadas para reduzir as perdas.

Tudo leva a crer que a implantação desta metodologia de forma imediata tem quase um caráter utópico. Afinal, é necessário construir comprometerimentos e alocar competências para sua implementação. Mas sua contribuição do ponto de vista administrativo da preservação, traz uma vontade de fazer diferente do que já existe em cada instituição pois suscita um olhar carregado de valor aos acervos que o Gerenciamento de Riscos ensina.

Uma biblioteca pode praticar o GR para minimizar as ameaças existentes através da leitura mais completa que faz de seu contexto e com isso constrói as justificativas para os recursos que solicita. Incertezas analisadas, quantificadas e tratadas em termos probabilísticos, passam a ser riscos monitorados. Portanto, uma Gestão de Riscos indica maturidade administrativa em uma Biblioteca pois agrega valor ao seu acervo, uma vez que trabalha com variáveis de perdas, procurando minimizar seus efeitos. Desta forma, gerenciar variáveis contribuindo na preservação do patrimônio cultural bibliográfico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Cristina Barbosa de. Fontes de informação na área de preservação de bens culturais. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.20, n.1, p.3-14, jan./jun. 1996.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v.16, n.2, p. 111-121, maio/ago. 2004.

ARAUJO, Eliany Alvarenga de; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene de. (Coord.) **Origens e evolução da Ciência da Informação**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Cap. 2, p.29-43.

AS/NZS HB 4360:2004 **Risk Management. Risk Management Guidelines – Companion to ASA/NZS 4360:2004.**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS/ISO/IEC. GUIA73:2002. **Gestão de riscos** - Vocabulário - Recomendações para uso em normas. Rio de Janeiro, 2002.

BAÉZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BARALDI, Paulo. **Gerenciamento de riscos empresariais**: a gestão de oportunidades, avaliadas de riscos e a criação de controles internos nas decisões empresariais. 2 ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BARATIN, Marc ; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000

BARBOZA, Kleumanery de Melo ; SOUZA, Luis Antonio Cruz. Ferramentas de diagnósticos para a conservação preditiva: aplicação da *Ratio Scale* e *ABC Scale* em países de clima tropical. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL

DE PESQUISADORES DE ARTES PLÁSTICAS DINÂMICAS EPISTEMOLÓGICAS EM ARTES VISUAIS, 16., 24 -28 set. 2007, Florianópolis. **Anais ANPAP**. Disponível em: < <http://www.anpap.org.br/2007/2007/artigos/181.pdf>. > Acesso em: 10 abr. 2009.

BATERMAN, Thomas S. **Administração**: construindo a vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BECK, Ingrid. A importância do planejamento de preservação. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, AAB, v4, n.1, p.19-30, jan./jun. 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_31.12.2003/CON1988_8.htm > Acesso em: 10 abr. 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=230250> Acesso em: 17 abr. 2009

BRASIL. Decreto-lei n.25 de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViu_Identificacao%2FDEL%252025-1937%3FOpenDocument%26AutoFramed > Acesso em: 10 abr. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=233156>> Acesso em: 17 abr. 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas**: uma abordagem contingencial. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

CONSORCIO LATINOAMERICANO DE CONSERVACION DEL PATRIMONIO CULTURAL. Disponível em :
<<http://www.uexternado.edu.co/conservacionpreventiva/pdf/Desastres%20en%20Museos.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2009.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DORSCH, Friedrich; HARCKER, Hartmut ; STAPF, Kurt-Hermann. **Dicionário de Psicologia Dorsch**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ECO, Umberto. Sobre a transitoriedade dos suportes. Disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3718541-EI12929,00.html> Acesso em 28 abr. 2009

EVANGELISTA, Fernanda. **Incêndios em bibliotecas**: a perda de memória patrimonial e os prós e contras dos métodos de prevenção de incêndios. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

FERNANDES, Antonio Alberto Grossi. Gerenciamento de risco. In: _____. **O Brasil e o sistema financeiro nacional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. cap. 4 ; p. 167-201.

FONSECA, Alice Registro ; DÓRIA, Renato Palumbo. Definindo o valor histórico: uma reflexão sobre patrimônio. **Horizonte Científico**, Belo Horizonte, v.1, n.9, 2008.
<<http://www.horizontecientifico.propp.ufu.br/include/getdoc.php?id=1186&article=344&mode=pdf>. > Acesso em: 15 mar. 2009.

FRONER, Yacy-Ara ; ROSADO, Alessandra. **Princípios históricos e filosóficos da conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR/EBA/UFMG, 2008. (Tópicos em conservação preventiva, n.2)

GOMES, Gabriela de Lima ; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. Reconhecer o risco: estratégia utilizada no arquivo fotográfico da Rádio Nacional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES E RESTAURADORES, 13. , 2009, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ABRACOR, 2009.

GARLICK, Karen. Planejamento de um programa eficaz de manutenção de acervos. In: OGDEN, Sherelyn ; GARLINCK, Karen. **Planejamento e prioridades**. 2 ed. Rio de

Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, n.30-32)

HOLLÓS, Adriana Cox ; PEDERSOLI JR, José Luiz. Gerenciamento de riscos: uma abordagem interdisciplinar. In: **Ponto de Acesso**: Revista do Instituto de Ciência de Informação da UFBA, Salvador, v.3, n.1, 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3314/2424> > Acesso em: 10 abr. 2009.

HOUAISS, Antonio ; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Guia para orientação para o gerenciamento de riscos corporativos**. São Paulo: IBGC, 2007. (Série Cadernos de Governança Corporativa, v.3)

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)
Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=pajinalphan>. > Acesso em: 09 nov. 2008.

INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY. (ICCROM). Disponível em: <<http://www.iccrom.org> > Acesso em: 09 Nov. 2008.

KOTHER, Maria Beatriz. Construindo a idéia de preservação. **Conselho em revista**, Porto Alegre, CREA-RS, Ano 5, n. 56 , abr. 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LE COADIC, Yves-Francois. **A ciência da informação**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

MAITAL, Shlomo. Riscos calculados. In: MAITAL, Shlomo; CIOLA FILHO, Remolo. **Economia para executivos**: dez ferramentas essenciais para empresários e gerentes. Rio de Janeiro: Campus, 1996. Cap. 9 ; p.191-210.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita** : história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MAYER, Janice ; FAGUNDES, Leonardo Lemes. Proposta de um modelo para avaliar o nível de maturidade do processo de gestão de riscos em segurança da informação. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO EM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS, 8., Gramado, RS, 2008. **Anais...** .Disponível em: < http://sbseg2008.inf.ufrgs.br/proceedings/data/pdf/st02_03_wticg.pdf > Acesso em: 02 abr. 2009.

MICHALSKI, S. Care and Preservation of Collections. In: BOYLAN, P. J. (Ed.). **Running a Museum**: a practical handbook. Paris: International Council of Museums, 2004. P. 51-90. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001410/141067e.pdf> >. Acesso em: 23 abr. 2009.

MONTANA, Patrick J. **Administração**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea**: a ciência e a arte de ser dirigente. São Paulo: Record, 1997.

MUSEU EMILIO GOELDI. Disponível em : < <http://www.oswaldogoeldi.org.br/livrosroub.htm> > Acesso em: 15 mar. 2009

OGDEN, Herelyn. Planejamento para preservação. In: OGDEN, Sherelyn ; GARLINCK, Karen. **Planejamento e prioridades**. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. (Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, n.30-32)

OSÓRIO, Maria Aparecida de Lima ; ALFANO, Maria Cecília. **Trabalhando na biblioteca**: manual para os auxiliares das bibliotecas de instituição teológicas evangélicas. São Paulo: Instituto Mackenzie, 1994.

PEDERSOLI, José Luis. **Oficina de gerenciamento de riscos ao patrimônio cultural**. [Porto Alegre, 2008]. Apostila do curso organizado pela ABRACOR, ministrado no

período de 03 a 05 set. 2008, em Porto Alegre, no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-215, 1992.

SALLES JUNIOR, Carlos Alberto Corrêa et al. **Gerenciamento de riscos em projetos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SARMENTO, Adriana Godoy da Silveira. Preservar para não restaurar. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA, 2. Florianópolis, 2003. **Anais eletrônico**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2003. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.Br/trabalhos/anais/1-20-c1-20.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2009.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SILVA, Divina Aparecida da ; ARAUJO, Iza Antunes. **Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para formação profissional**. 5.ed. Brasília: Thesaurus, 2003.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2008.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Políticas públicas de preservação e tecnologias de informação: o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros**. 1988. 130 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 1998.

TORRES, Allan. **Riscos, técnicas de identificação e mitigação**. Disponível em: <http://www.gerenciamentoeconomico.com.br/gerenciamento_de_projetos/riscos-tecnicas-de-identificacao-e-mitigacao/> Acesso em: 23 abr. 2009.